PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CAMPUS FOZ DO IGUAÇU

2019/2020

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor Pro Tempore
Odacir Antonio Zanatta
Pró-Reitoria de Ensino
Amarildo Pinheiro Magalhães
Pró-Reitoria de Administração
Carlos Eduardo Fonini Zanatta
Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação
Marcelo Estevam
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Eliane Aparecida Mesquita
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Paulo Tetuo Yamamoto

CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU

Diretor Geral
Anderson Coldebella
Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão
Adriana Stefanello Somavilla
Diretor de Planejamento e Administração
Monice Moise de Freitas Aquino
Coordenadoria de Ensino
Luciano Marcos dos Santos
Coordenadoria de Pesquisa e Extensão
Arcangelo Signor

Coordenação do PPP
Adriana Stefanello Somavilla
Luciano Marcos dos Santos

Sede
Av. Araucária, 780, Vila A, CEP: 85870-000, Foz do Iguaçu/PR
CNPJ:
Fone: (45) 3422-5300
E-mail: coordensino.foz@ifpr.edu.br
http://www.foz.ifpr.edu.br

Foz do Iguaçu
2020

PORTARIA Nº 53, DE 09 DE MARÇO DE 2020

O Diretor-Geral do Campus Foz do Iguaçu do Instituto Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 1660, publicada no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2019, seção 2, página 26, resolve: Art. 2º Constituir a Comissão Local de coordenação e mobilização da elaboração/reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Campus Foz do Iguaçu. Art. 3º A Comissão Local será composta pelos seguintes servidores e membros da comunidade acadêmica e civil, sob presidência da primeira:

ADRIANA STEFANELLO SOMAVILLA
LUCIANO MARCOS DOS SANTOS
CELSO AUGUSTO DE OLIVEIRA CRISTOFOLI DA SILVA
EDINALVA JULIO
ANDRÉ LUIS GENTELINI
GISLAINE SILVEIRA SIMÕES
MARCELO ADRIANO DUART
MARCELA TURIM KOSCHEVIC
SIDNEI KLEIN
FABIO RAMOS DA SILVA
JULIO CESAR ROYER
MONICE MOISE DE FREITAS AQUINO
TAYLANE ARAUJO DE MELO
IAN GUANAES CONTATORE
MELISSA DA SILVA ROCATELI
RICARDO DANIEL GAYOSO TORREZ
STEPHANY LAURA JACOMINI MACHADO
ELISIANE DA SILVA FIGUEIREDO
RENAN ADRIANO CHIAPETTI
MARCELO CRISTIANO SCHINDLER
CÁTIA RONSANI CASTRO
HUMBERTO VENTURA GODINHO
ALEXANDRE ZASLAVSKI

Agradecimento especial aos servidores relacionados abaixo, pela participação na elaboração e construção do Projeto Político Pedagógico da instituição:

Camila Castelo Branco de Almeida Porto; Luiz Henrique Alves de Oliveira; Givaldo Moisés de Oliveira; Tiarles Mirlei Piaia; Gustavo Matheus Rahal; Otávio Luiz kajevski Junior; Nívia Conceição Pereira dos Santos; Carla Renata Xavier da Silva; kathleen dall Bello de Souza, Itamar Pena Nieradka, Kátia Lambert Veiga; Carolina Pimenta; Diego Pereira dos Santos; José Victor Gonçalves de Medeiros.

Sumário

1. Apresentação 06
2. Caracterização do Campus Foz do Iguaçu 08
2.1 Histórico do Campus Foz do Iguaçu 08
2.2 Arranjos Produtivos da Região 10
2.3 Perfil Populacional de Foz do Iguaçu 11
2.4 Descrição da Infraestrutura do Campus 14
2.5 Acessibilidade 14
2.6 Condições de mobilidade 15
2.7 Condições de alimentação 16
2.8 Caracterização dos Cursos ofertados 16
2.9 Descrição dos Setores 20
2.10 Organograma 26
2.11 Quadro de Técnicos Administrativos 27
2.12 Quadro de Docentes 30
2.13 Quadro de Funcionários Terceirizados 36
3. Pressupostos Políticos Pedagógicos 37
3.1 Objetivos e Finalidades do IFPR 37
3.2 Concepções Orientadoras da Prática Pedagógica do Campus Foz do Iguaçu 38
3.2.1 Concepção de Sociedade 38
3.2.2 Concepção de Ser Humano 39
3.2.3 Concepção de Educação 40
3.2.4 Concepção de Currículo 40
3.2.5 Concepção de Ciência, Tecnologia e Cultura 41
3.2.5 Educação Intercultural 43
3.2.6 Trabalho como Princípio Educativo 44
3.2.7 Escola, Trabalho Educativo, Ensino/Aprendizagem 46
3.2.8 Concepção de Avaliação 49
3.2.9 Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica 50
3.2.10 Indissociabilidade entre Pesquisa, Ensino e Extensão 51
4. Planejamento das Ações Didático-Pedagógicas e de Gestão Escolar 52
4.1 Ações Didático-Pedagógicas 52
4.1.1 Organização do Tempo e Espaço Escolar 54

4.1.2 Critérios e Instrumentos Avaliativos 55
4.2 Gestão Democrática 57
4.2.1 Conselho de Classe 60
4.2.2 Organização Estudantil: Grêmio Estudantil 61
4.3 Metodologias de Ensino 62
4.4 Projetos Integradores 63
4.5 Ações de Apoio Pedagógico e Acompanhamento de Estudantes 64
4.6 Ações de Educação Inclusiva 71
4.7 Atendimento Educacional Especializado – AEE, Flexibilização Curricular, Utilização de Tecnologias Assistivas 71
4.8 Assistência Estudantil: Ações de Políticas Afirmativas 76
4.9 Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação 79
4.10 Núcleos Institucionais 83
4.11 Ações da Cultura Corporal: dança, lutas, jogos, ginástica e esporte 86
4.12 Plano de Permanência, Êxito e Acompanhamento do Egresso 87
4.12.1 Plano de Ação permanente para enfrentamento da Evasão Escolar 88
4.13 Planejamento de ações para a educação de jovens e adultos 90
4.14 Capacitação e Formação Continuada 91
4.15 Estágio obrigatório e não obrigatório 92
4.16 Planejamento de oferta de novos cursos 93
4.17 Plano de Infraestrutura 94
4.18 Relacionamento com a Comunidade 96
4.19 Divulgação 96
4.20 Outros indicadores 97
5. Avaliação do Projeto Político Pedagógico 99
5.1 Participação da Comunidade 99
5.2 Metodologia e Instrumentos 100
5.3 Forma de Devolutiva dos Resultados 100
6. Referências 101

1. APRESENTAÇÃO

No Brasil, a educação passou por diversas transformações, sendo, talvez, uma das mais significativas, a instituição da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Ramos (2006) destaca os seguintes pontos de avanço: 1) ampliação do conceito de educação para além da escola. 2) ampliação da educação básica: incluindo o ensino médio. 3) possibilidades de prosseguimento de estudos. Também destaca a compreensão de que o ensino médio é o nível de ensino responsável pelo aprimoramento da pessoa humana e pela compreensão dos processos científicos-tecnológicos, sócio-históricos dos processos produtivos. A implementação da LDB de 96 acarretou em avanços para o setor educativo.

Outro grande avanço proporcionado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), está descrito em seu artigo 12, que estabelece a construção do Projeto Político Pedagógico escolar, no sentido de reconhecer a capacidade da escola de elaborar e executar sua proposta pedagógica, baseada nos princípios norteadores de igualdade de condições para acesso e permanência na escola, qualidade da educação, gestão democrática, liberdade, autonomia e valorização dos profissionais da educação.

Outra mudança relevante, ocorrida na área educacional, foi a inauguração, entre 2002 e 2010, de cento e quarenta escolas técnicas, justificada em virtude do surgimento de uma demanda por profissionais qualificados, em função dos avanços econômicos e produtivos, iniciados na década de 1980, decorrentes do amplo desenvolvimento da tecnologia e seus desdobramentos, os quais abarcaram a produção e os serviços. Dessa maneira, a rede federal de educação foi fortificada com a criação dos Institutos Federais.

Com o desenvolvimento e ampliação da rede federal de ensino, vieram as responsabilidades, tais como: a oferta de um ensino gratuito e de qualidade. Em função desse aspecto e de outros, previamente elencados, assim como, tendo em vista os arranjos e necessidades locais, fez-se necessária a construção de um instrumento que refletisse suas propostas educacionais - o Projeto Político Pedagógico, que, doravante, neste documento, será denominado de PPP.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma instituição de ensino é uma ação intencional, um processo decisório participativo, que rompe com as relações competitivas, corporativas e autoritárias, enaltecendo as relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 2004).

Documento de suma importância, orienta todas as ações administrativas e pedagógicas da instituição. O PPP busca refletir o que se tem de concreto, avaliando o que foi feito e projetando mudanças por meio de propostas inovadoras.

Segundo Vasconcellos:

> O projeto Político-Pedagógico (ou projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que ser quer realizar. É um instrumento teórico metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (2006, p. 170).

Pautados por um espírito de coletividade, formado em virtude de atualizações históricas, sociais, culturais, econômicas e morais, as quais se antepunham à figura do diretor, construída socialmente e historicamente, como grande regente e centralizador de poder, grupos de trabalhos foram formados com a tarefa de envolver a comunidade acadêmica em grandes decisões, no intuito de alcançar objetivos políticos e educacionais.

Portanto, o PPP do IFPR, campus Foz do Iguaçu, foi elaborado com a participação dos seus servidores (docentes e técnicos administrativos), discentes e comunidade em geral, cada qual contribuindo com seu tempo disponível para esta atividade, seu conhecimento e sua percepção sobre o ser humano, educação, escola, sociedade, trabalho e suas respectivas inter-relações.

O documento foi finalizado no ano de 2017, havendo necessidade de sua atualização, em detrimento de uma gama de mudanças, em múltiplos âmbitos (aumento do número de alunos, reestruturações, aumento do número de servidores, cursos, gestores, entre outros), o que culminou na feitura da versão, em voga.

O presente processo de (re)elaboração do PPP valorizou momentos permeados por discussões, reflexões, execuções e avaliações que resultaram na proposta atual.

As diretrizes do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), em especial, aquelas expressas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) também foram observadas durante todo o processo de concepção do PPP e sua atualização. Visto que, os documentos aqui citados devem estar estreitamente articulados e em sintonia.

Este documento traz como prerrogativa para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Campus Foz do Iguaçu, a formação de cidadãos atrelada à formação integradora e produção do conhecimento, como investimento formativo no ser humano, num projeto consistente de educação e sociedade.

O texto final é composto por seções interdependentes. Inicialmente explana-se acerca do histórico, bem como, características gerais do Instituto Federal, unidade de Foz do Iguaçu. Em sequência apresentam-se os Pressupostos Político-Pedagógicos. Em seguida são apresentados os planos e ações que atendem às necessidades identificadas; e por fim as estratégias avaliativas do PPP.

2. Caracterização do Campus Foz do Iguaçu

Estabelecimento de Ensino:

Instituto Federal do Paraná – Campus Foz do Iguaçu

Dependência Administrativa:

Federal

Entidade Mantenedora:

Ministério da Educação

Portaria de Criação:

Portaria nº 4 – 06/01/2009 do Ministério da Educação, publicado no Diário Oficial da União – DOU, Seção 1, edição nº. 4 de 07/01/2009, Pág. 131.

Localização:

Localiza-se em Foz do Iguaçu, município brasileiro, no extremo oeste do estado do Paraná, na fronteira com a Argentina e com o Paraguai, criado em 1914.

Endereço: AV. Araucária, 780, Vila A CEP: 85860-000

Fones:

Recepção: (45) 3422-5300

Portaria: (45) 3422-5308

Direção Geral (45) 3422-5322

Direção de Ensino: (45) 3422-5324

Direção Administrativa: (45) 3422-5304

Secretaria Acadêmica: (45) 3422-5323

Biblioteca: (45) 3422-5313

Endereço Eletrônico:

https://foz.ifpr.edu.br/

2.1 Histórico do Campus Foz do Iguaçu

A Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Cientifica e Tecnológica. Compõe a rede 38 Institutos Federais, 02 CEFETs (Rio de Janeiro e Minas Gerais), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, as Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais e a Escola Pedro II.

Exceto as escolas técnicas vinculadas as universidades federais, as demais instituições possuem (Art. 1º §2º) natureza jurídica de autarquias com autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica. (Art. 2º) Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica

e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais atuam nas diversas modalidades de ensino, para os fins da pesquisa, destaca-se (Art. 06º, inciso I e III) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior. Dos objetivos do Instituto, o avanço mais significativo em busca de um ensino médio integrado, encontra-se no (Art. 7º, inciso I) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma dessas instituições, que após promulgação da lei 11.892/08, transformou a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O IFPR tem origem na Escola Técnica da UFPR, fundada em 1869, e por isso traz na bagagem uma rica e expressiva história na formação técnica.

Antes dessa lei já existia o intuito de criação de cursos técnicos pelo Governo Federal no município de Foz do Iguaçu e, por isso, em 01 de setembro de 2008 se dá o início das atividades do Campus Foz do Iguaçu.

Para poder fazer frente às necessidades de infraestrutura local, a parceria do Campus com a Itaipu Binacional foi de extrema importância, pois foi dessa interação que partiu o convite para que as aulas acontecessem nas dependências do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), o que se deu no período entre setembro de 2008 a novembro de 2009.

Em diálogos do diretor do Campus Foz do Iguaçu na época, professor Irineu Mário Colombo, com a direção da Itaipu Binacional, cogitou-se a doação do Clube Floresta, que encontrava-se desativado, para uso do IFPR.

O uso do novo espaço se deu a partir de novembro de 2009 e o campus passou a funcionar no novo endereço. A doação oficial ocorreu com a presença do então Ministro da Educação Fernando Haddad, que recebeu a escritura do terreno das mãos da Itaipu Binacional e passou para o IFPR, campus Foz do Iguaçu, no dia 29 de abril de 2010.

Através de diversas parcerias com instituições de ensino da região, como a Faculdade Uniamérica, Unioeste - Campus Foz do Iguaçu, UTFPR - Campus Toledo, foi possível suprir algumas das demandas de laboratórios e professores.

Com sede própria, a instituição, por ação de sua gestão, buscou atender as demandas do mercado da região da tríplice fronteira, tendo como base a lei 11.892, em seu artigo 8º, que garante

50% (cinquenta por cento) de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Dessa forma, o primeiro curso a ser oferecido no Campus foi o curso Técnico em Aquicultura -subsequente e PROEJA (início em 2008). A ampliação de oferta de vagas se deu com a criação do Curso de Técnico em Informática – Integrado (início em 2010), Técnico em Edificações – Integrado (início em 2011), Técnico em Cozinha – subsequente (início em 2011) e Técnico em Hidrologia (início em 2011).

Continuando a verticalização dos cursos, foram ofertados dois novos cursos, inaugurando a fase de funcionamento de cursos superiores pelo Campus: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (início em 2014) e Licenciatura em Física (início em 2014).

No ano de 2017 foram oferecidos dois novos cursos à comunidade: Técnico Integrado de Meio Ambiente e Engenharia de Aquicultura. Além dos cursos presenciais, o campus atuou em programas de qualificação profissional por meio da operacionalização dos programas governamentais: Pronatec e Mulheres Mil; e atualmente atua na condição de Polo Presencial da Educação à Distância (EaD), nas modalidades subsequentes, superior e pós-graduação.

No ano de 2020 começou a funcionar o curso integrado em Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, resultante da reformulação do PPC do curso Técnico em Informática. Nesse mesmo ano iniciou o curso Superior em Tecnologia em Gastronomia.

2.2 Arranjos produtivos da região

Pode-se afirmar que a evolução socioeconômica de Foz do Iguaçu contemplou quatro ciclos distintos, e que, agora, vivencia o começo de uma nova etapa, com investimentos em infraestrutura turística, expansão do ensino em todos os níveis e projetos diversos.

O primeiro ciclo econômico ocorreu de 1870 a 1970, com a extração da erva-mate e madeira. Alguns anos mais tarde, a atividade turística começava a ganhar força com a construção dos primeiros hotéis da cidade.

Foi a partir da instituição da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1974, que Foz do Iguaçu iniciou o verdadeiro crescimento e a explosão demográfica. A população da cidade, que era de 30 mil habitantes em 1970, foi para 150 mil em 1985. Onze anos mais tarde, em 1996, a população passava de 231 mil habitantes. No auge da construção da usina, trabalhavam 40 mil operários,

muitos dos quais vieram com suas famílias e mesmo depois de terminada a obra permaneceram na cidade.

A construção da Usina Binacional teve grande influência na promoção turística de Foz do Iguaçu e, consequentemente, das Cataratas, o principal atrativo. Dezenas de hotéis foram construídos para atender à crescente demanda de visitantes nacionais e estrangeiros. A rede hoteleira ampliou-se ainda mais com terceiro ciclo econômico: o turismo de compras, a partir da segunda metade da década de 80. Mais hotéis foram construídos, de pequeno e médio porte para atender visitantes em busca de artigos importados no principal centro de compras do Paraguai: Ciudad del Leste.

Atualmente, Foz do Iguaçu é um dos mais importantes destinos brasileiros, procurado para o turismo de lazer, eventos e negócios. É destaque especial a escolha das Cataratas do Iguaçu como uma das sete maravilhas naturais do mundo, além da cidade ter se transformando em um polo no setor estudantil, uma vez que acolhe alunos do Brasil e América Latina, distribuídos entre as Universidades particulares, um instituto federal, uma universidade federal e uma estadual, como também discentes, especialmente de medicina, que vivem na cidade, contudo estudam em *Ciudad del Este*, no Paraguai.

2.3 Perfil populacional de Foz do Iguaçu

De acordo com Peris e Lugnani (2003) o início das obras civis da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1975, representou um marco na alteração do comportamento do eixo Cascavel - Foz do Iguaçu.

O crescimento populacional iniciado naquele ano em Foz do Iguaçu e continuado nas décadas seguintes acelerou o processo de urbanização dos municípios que o compõem. Primeiro, elevou a população de Foz do Iguaçu de 33.966 habitantes, em 1970, para 136.321, em 1980, e 190.123, em 1991, atingindo, em 2000, uma população de 258.368 habitantes. Segundo, forçou o Governo Federal a realizar grandes investimentos, principalmente em infraestrutura, na cidade de Foz do Iguaçu. Isso porque a cidade não tinha a mínima condição de oferecer infraestrutura de educação, habitação, saúde, energia, telecomunicações e transportes ao contingente de população que para lá migrou nem para as necessidades da Itaipu Binacional. Terceiro, a atração de um grande contingente populacional atraiu também capitais e fez surgir uma série de novos empreendimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, aumentando o nível de geração de renda, de tributos e de consumo.

A população de Foz do Iguaçu, em 2010, foi de 250.918 habitantes conforme dados do

IBGE, tendo se destacado pela sua potencialidade turística. No ano de 2009, recebeu o prêmio do Ministério do Turismo como o melhor destino do Brasil entre localidades do interior do país. Foz do Iguaçu integra uma área urbana com mais de 700 mil habitantes, constituída também por *Ciudad del Este*, no Paraguai, e *Puerto Iguazu*, na Argentina.

Foz do Iguaçu é uma das 10 maiores cidade do Paraná e a diversidade étnica e cultural lhe atribui um aspecto cosmopolita rico e diversificado. Há, pelo menos, 72 diferentes etnias incorporadas a população local. Entre elas, estão representadas, as colônias árabe, chinesa, coreana, italiana, portuguesa, alemã, japonesa, além, de argentinos e paraguaios que também adotaram Foz do Iguaçu e ajudaram a construir uma das mais famosas cidades turísticas brasileiras.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 2010, que mede a qualidade de vida de um determinado local, conforme dados do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, foi de 0,751, ficando em 29º no ranking do Estado do Paraná. A renda per capita girou em torno de R$ 842,26/mês em 2010.

Três aspectos geográficos são importantes a serem considerados no planejamento para esta região. O primeiro se refere ao Lago de Itaipu. Formado artificialmente com o fechamento das comportas do canal de desvio de Usina Hidrelétrica de Itaipu em 1982, o lago tem uma área de 1.350 km² com 66 pequenas ilhas. É um local com potenciais turísticos (praias, pesca esportiva e passeios) e econômicos (aquicultura) a serem desenvolvidos. O segundo aspecto é o Parque Nacional do Iguaçu, que possui as Cataratas e toma boa parte do território do Município de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu. O terceiro se refere-se à condição de fronteira com dois outros países: a sudoeste com a Argentina e a Oeste com o Paraguai (COLOMBO, 2010).

Em relação à situação educacional, de acordo com dados Ipardes (2018), o número de matrículas, de acordo com a dependência administrativa apresenta o seguinte quadro: para o ensino médio na rede federal 404 matrículas, rede estadual 8.879, rede particular 1.810; ensino profissional na rede federal 659 matrículas, rede estadual 1.481 e na rede particular 851.

A realidade educacional em que o campus está inserido reflete as condições de dificuldades sociais da população, é o que demonstrou a pesquisa realizada pelo Instituto Ethos com exclusividade para a RPC/TV Cataratas e Gazeta do Povo: 47% dos adolescentes de 16 a 17 anos estão fora da escola. Isso porque, por necessidade de sobrevivência, os jovens de renda baixa, trabalham em lojas em *Ciudad de Leste*, ou carregando mercadorias vindas do Paraguai. Em se tratando de jovens de 18 e 24 anos de idade, o índice aumenta para 76%, demonstrando a imensa defasagem de escolaridade na região.

Dado importante que revelou a necessidade, ainda persistente, de qualificação da força de

trabalho, uma vez que 45% dos jovens de Foz do Iguaçu eram trabalhadores informais, a maioria atuando na construção civil, o que refletiu e segue refletindo, a necessidade de oferta de formação inicial e continuada neste segmento.

Igualmente importante, refletindo a vocação local, é a necessidade de qualificação para a área de aquicultura, devido às produções associadas ao grande Lago de Itaipu e para as áreas ligadas ao turismo, como Técnico em Cozinha. Ressalte-se ainda que com a escassez de professores de física, química e artes, os cursos de Licenciatura respondem por importante demanda da Região.

Tratando-se da educação superior, a região tem a oferta de educação profissional e tecnológica por meio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná com campus em Toledo e Medianeira. Em Foz do Iguaçu, o SENAI, o SENAC e algumas escolas da rede estadual ofertam educação profissional.

Foz do Iguaçu tem boas perspectivas para estabilização enquanto polo universitário – o que, a exemplo dos ciclos de Itaipu, dos sacoleiros e do turismo, tende a gerar efeitos em cadeia na economia da cidade. A expansão de cursos superiores na cidade, além do fator de atração de jovens e profissionais especializados, possibilita também a constituição de um polo tecnológico, referencial para os novos momentos que estamos vivendo. A cidade, como antes mencionado, conta com seis instituições de ensino superior particulares, uma estadual a Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – e uma federal, a Unila – Universidade da Integração Latino-Americana.

Conforme dados do Ipardes (2018) o número de matriculas no ensino superior, no total é de 15.557, sendo 3.859 na rede federal, 1.794 na estadual e 9.904 na rede particular.

Quanto ao IFPR e sua relação comunidade/escola, frente aos arranjos e necessidades locais, o campus Foz do Iguaçu tem como característica a oferta de educação profissional com o objetivo de qualificar e atualizar jovens e adultos visando a sua inserção no mundo do trabalho e melhor desempenho no exercício de suas atividades profissionais. Objetiva contribuir para o desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, visando à melhoria da qualidade de vida da população atendida.

Complementando, como afirmam Ciavatta, Frigotto e Ramos (2010), atualmente a educação profissional e tecnológica constitui um processo que objetiva, simultaneamente, qualificar o cidadão e educá-lo em bases científicas, bem como ético-politicas e culturais, baseado na estruturação de uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho.

Tal princípio educativo pressupõe a construção de um processo pedagógico e metodológico que supere a dicotomia histórica entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e

operacional, por meio de uma formação integral, permitindo ao ser humano não apenas a inserção no mundo do trabalho, mas também uma participação ativa na sociedade.

Tal proposta é melhor viabilizada a partir do estabelecimento de parcerias com diversas instituições locais, orientadas pelos mesmos objetivos, interagindo com entidades públicas e privadas, acadêmicas e de pesquisa, de fomento e de produção.

2.4 Descrição da Infraestrutura do Campus

Terreno de 86.000 m², com as seguintes edificações:

- Um bloco didático com 2.800 m², com 09 salas de aula, 01 laboratório de Física, 01 laboratório de Biologia, 01 Laboratório de Química, 04 laboratórios de Informática e Cantina.
- Um bloco administrativo com Biblioteca, Secretaria Acadêmica, Direção Geral, Direção de Ensino, Direção Administrativa e Salas de Professores.
- Um ginásio de esportes com duas quadras (com necessidade de reformas), medindo 2.535 m²;
- Um salão de eventos (em precárias condições e com necessidade de reformas), medindo 2.300 m²;
- Um campo de futebol, medindo 3.066 m²;
- Duas quadras de tênis, medindo 1.520 m²;
- Um laboratório de Gastronomia, medindo 380 m² (obra concluída em 2019)
- Um laboratório de Edificações, medindo 670 m² (obra com previsão de entrega no início de 2020)
- Um laboratório de Recursos Naturais, medindo 600 m²;
- Três piscinas, atualmente utilizada para tanques de criação de peixes e rãs para as aulas práticas do curso de Aquicultura (com necessidade de reformas).

2.5 Acessibilidade

A acessibilidade do campus é um ponto de fragilidade. Nesse sentido, prevê-se fazer a adequação de toda a infraestrutura de acesso. As ações relativas à solução de problemas, concernentes a este tema são: fortificar o Napne no campus; contratar mais profissionais de libras e de educação especial, pois contamos com somente uma profissional em cada área; capacitar os docentes e técnicos para trabalhar com PNE. Quanto ao aspecto arquitetônico, há um planejamento

nesse sentido.

As construções existentes antigas foram executadas há pelos menos 20 anos, conforme a lei de acessibilidade da época. As edificações novas ou reformas realizadas e seus entornos já estão sendo adequadas à nova legislação de acessibilidade, muito mais exigente, e posteriormente serão feitas as adequações entre as novas construções e reformas dos prédios existentes.

Atualmente as calçadas se encontram em condições de adequação, já que a grama e terra, presentes em grandes áreas da unidade leva à formação barrosa em dias chuvosos, prejudicando a higiene do campus, devido à grande circulação de pessoas.

Além disso, as questões de acessibilidade são levadas em consideração para viabilizar a mobilidade de todos com segurança quando se encontram nas instalações deste instituto.

2.6 Condições de mobilidade

O Instituto Federal está localizado na cidade de Foz do Iguaçu, no bairro Itaipu A, cujos traços característicos são: cidade de porte médio, conforme estimativas do IBGE de 2019, cuja população é de 258.532 habitantes, quanto ao bairro ressalta-se sua origem, resultante do período de construção da Hidrelétrica de Itaipu, em que um grande projeto de habitação foi estabelecido, tendo início em 26 de fevereiro de 1975. Primeiramente foi edificada a Vila C, na sequência a Vila A e logo a Vila B.

O Bairro Itaipu A, renomeado dessa maneira em 2019, tem como perfil socioeconômico a oferta de acesso total à infraestrutura comercial, tendo como vantagem uma excelente localização, cujas principais vias de acesso são Av. Tancredo Neves, Av. Costa e Silva, BR-277, Av. Garibaldi, Av. Paraná e Av. JK, que o conectam ao centro, e, dessa forma, a todas as regiões.

A estimativa de tempo gasto no deslocamento até o IFPR-Foz varia entre 20 minutos, bairros mais próximos e 81 minutos, bairros mais distantes, em transporte público, ônibus, uma vez que o município não conta com metrô, trem, bonde, VLT ou BRT, outros.

O Campus Foz do Iguaçu recebe alunos de alguns municípios da região extremo oeste: Medianeira, Missal, Itaipulândia, Santa Helena, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu. Os meios de transporte empregados para seu deslocamento, em grande maioria, são carros de pequeno e médio porte e ônibus. A estimativa de tempo de gasto neste deslocamento varia entre 30 e 120 minutos. Também alguns servidores são residentes nestes municípios.

Levando em conta a relativa facilidade de acesso e deslocamento, os horários de funcionamento do IFPR, campus Foz do Iguaçu, são das 07 às 22 horas. Os cursos matutinos, em sua grande maioria, iniciam às 07h30 e encerram às 12h00; do vespertino iniciam às 13h20 e

encerram às 17h50 e do noturno às 19h até 22h35.

2.7 Condições de alimentação

Atualmente, o campus Foz do Iguaçu possui um espaço físico de 28,87 m² em que funciona uma lanchonete/cantina para atender a comunidade do campus, de aproximadamente 966 alunos regulares, 57 alunos EAD (aulas uma vez por semana) e 129 colaboradores.

Esse estabelecimento oferece lanches, salgados, sucos, dentre outros alimentos, e, algumas vezes, fornece refeições, porém em pequenas quantidades, pois o espaço físico não permite maior produção, tampouco há espaço para muitas pessoas fazerem refeições no local. Mesmo assim, quando há aulas em período integral, muitos alunos "almoçam" na lanchonete, consumindo lanches, pois perto do campus (menos de 200 metros) não há tão grande variedade de oferta de refeição.

Seria necessária uma estrutura maior, para comportar uma cozinha para o preparo de refeições e fornecimento de lanches e salgados, que atendesse a comunidade do campus, bem como espaço físico para a sua permanência em horário de almoço, com mesas e cadeiras suficientes para aproximadamente 300 pessoas. Pelo fato de não existir no campus este tipo de ambiente, que possa ser utilizado para tal finalidade (restaurante), a sua implantação deverá ser feita através de um projeto específico de construção, com as dimensões adequadas necessárias para o atendimento da comunidade do campus.

2.8 Caracterização dos Cursos ofertados:

Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio

• Modalidade: Integrado – Início em 2020
• Regime: Anual
• Duração: 4 anos
• Turno: Integral

Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio

• Modalidade: Integrado
• Regime: Anual
• Duração: 4 anos
• Turno: Integral

Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio

• Modalidade: Integrado

• Regime: Anual

• Duração: 4 anos

• Turno: Integral

Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

• Modalidade: Integrado

• Regime: Anual

• Duração: 4 anos

• Turno: Integral

Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio

• Modalidade: Integrado

• Regime: Anual

• Duração: 3 anos

• Turno: Integral

Técnico em Aquicultura

• Modalidade: Subsequente

• Regime: Semestral

• Duração: 2 anos

• Turno: Noturno

*Curso suspenso temporariamente

Técnico em Cozinha

• Modalidade: Subsequente

• Regime: Semestral

• Duração: 1 ano e meio

• Turno: Diurno

Tecnologia em Gastronomia

- Nível: Superior
- Regime: Semestral

- Duração: 2 anos
- Turno: Matutino e Vespertino

Licenciatura em Física

- Nível: Superior
- Regime: Semestral
- Duração: 4 anos
- Turno: Noturno

Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

- Nível: Superior
- Regime: Semestral
- Duração: 3 anos
- Turno: Noturno

Bacharelado em Engenharia de Aquicultura

- Nível: Superior
- Regime: Semestral
- Duração: 5 anos
- Turno: Integral

Técnico em Administração

- Nível: Técnico
- Regime: Semestral
- Duração: 2 anos
- Modalidade: EAD

- **Técnico em Meio Ambiente**
- Nível: Técnico
- Regime: Semestral
- Duração: 2 anos
- Modalidade: Subsequente/EAD

- **Técnico em Segurança do Trabalho**
- Nível: Técnico
- Regime: Semestral
- Duração: 2 anos
- Modalidade: Subsequente/EAD

- **Curso de Formação Inicial e Continuada em Libras Básico (2019)**
- Nível: Capacitação - escolaridade a partir do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) completo
- Regime: curta duração
- Modalidade: FIC

Quantitativo de estudantes por cursos, turmas, períodos:

Cursos	Número total de Alunos	Número de Alunos – 1º ano	Número de Alunos – 2º ano	Número de Alunos – 3º ano	Número de Alunos – 4º ano
Téc. Em Aquicultura Integrado	104	37	34	33	Não se aplica
Técnico em Cozinha Subsequente	48	26	22	Não se aplica	Não se aplica
Técnico em Meio Ambiente Integrado	139	38	37	29	35
Técnico em Edificações Integrado	143	39	36	35	33
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado	40	40			
Técnico em Informática Integrado	143	39	36	35	33
Licenciatura em Física	101	34	23	18	
EAD – Técnico em Meio Ambiente	25	-	25	Não se aplica	Não se aplica
EAD – Técnico em Administração	32	-	32	Não se aplica	Não se aplica
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	134	41	38	30	
Bacharelado em	111	38	35	20	18

Engenharia em Aquicultura					
Tecnólogo em Gastronomia	38	38	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total EAD	57				
Total Presencial	966				

Fonte: Secretaria Acadêmica Campus Foz do Iguaçu (2020)

2.9 Descrição dos Setores

A resolução nº 56 de 03 de dezembro de 2012, estabelece o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná, descrevendo a estrutura organizacional dos campis. Sendo assim, o IFPR – Campus Foz – segundo o manual de competências da instituição, tem o compromisso legal de informar a comunidade sua estrutura orgânica e as premissas que orientam o funcionamento de suas unidades administrativas e pedagógicas.

Os diferentes setores que compõem a organização da instituição buscam a articulação de seus recursos e esforços nas dimensões pedagógicas e administrativas para melhor cumprir sua função social.

Direção Geral do Campus:

A Direção Geral do campus é o órgão executivo responsável por planejar, implementar e acompanhar os aspectos técnico-pedagógicos, administrativo, orçamentário, patrimonial, disciplinar, e de gestão de pessoal, bem como articular parcerias com a comunidade escolar e do entorno, com o setor privado e com os poderes públicos. Executar a política institucional no Campus, garantindo a gestão democrática e participativa

Direção de Planejamento e Administração:

A Diretoria de Planejamento e Administração é a unidade responsável pela coordenação, orientação e execução das atividades relacionadas ao planejamento, compras, contratos, transporte, patrimônio, manutenção, contabilidade e orçamento do campus, de acordo com as necessidades administrativas e pedagógicas do campus e com as diretrizes da reitoria e pró-reitorias do IFPR. Elaborar o plano de atividades das coordenações e seções sob sua responsabilidade, conforme o organograma institucional, baseando-se nos objetivos que constam no planejamento institucional.

Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão:

A Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão é a unidade responsável pela coordenação, orientação, execução, supervisão e avaliação das atividades pedagógicas desenvolvidas no campus. Coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico realizado junto à comunidade acadêmica. É de sua responsabilidade também as atividades desenvolvidas nos setores de ensino do campus, tais como: biblioteca, secretaria acadêmica, coordenações de ensino / cursos / pesquisa e extensão, seção pedagógica, conforme as atribuições descritas abaixo:

Seção Pedagógica e Assuntos Estudantis:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Planejar ações didático-pedagógicas dos cursos juntamente com a Coordenação de Cursos/Coordenação de Ensino;
- Auxiliar na elaboração de estratégias para a solução dos problemas apresentados em relação à evasão e repetência;
- Apoiar, orientar e sugerir inovações no processo ensino-aprendizagem aos docentes;
- Acompanhar os alunos nas suas dificuldades de aprendizagem;
- Auxiliar a coordenação de curso no controle de frequência e evasão dos alunos;
- Incentivar ações de integração do trabalho docente das várias disciplinas, integrantes da área, para a organização dos cursos;
- Propor alterações no currículo do curso, bem como sugerir normas, critérios e providências para a melhoria da qualidade de ensino;
- Fazer o acompanhamento socioeconômico dos alunos, com a Pró-Reitoria de Ensino;
- Divulgar os programas de Assistência Estudantil, bem como organizar, conferir, acompanhar as inscrições nos diversos programas, tais como: PBIS, PACE e Proeja;
- Incentivar a participação dos alunos nas Olimpíadas Acadêmicas;
- Incentivar a participação nos vestibulares seriados;
- Auxiliar na regularização e integração dos alunos estrangeiros;
- Auxiliar a implantação de ações de inclusão social e assistência estudantil;
- Implementar a manutenção dos programas de Assistência Estudantil mantidos pelo IFPR no campus, garantindo desta forma a permanência e o êxito no processo formativo do aluno
- Divulgação dos editais para a comunidade;
- Recebimento e organização de documentos dos alunos;
- Cadastramento de dados dos alunos;

- Preenchimento de relatórios, planilhas (mensais e/ou semanais e/ou anuais);
- Acompanhar os programas da PROEPI, que também devem ser acompanhados pela equipe pedagógica do campus;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração

Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE):

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Promover ações que possibilitem a integração do aluno com necessidades educacionais específicas nas atividades escolares;
- Fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas no Instituto;
- Promover ações que auxiliem na permanência e êxito do estudante com necessidades educacionais específicas no IFPR, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Coordenadoria de Pesquisa e Extensão:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Assessorar a administração superior nos temas a ela designados; Divulgar eventos de extensão e pesquisa;
- Encaminhar os projetos e os relatórios de pesquisa aplicada para cadastramento no COPE;
- Orientar e acompanhar a atualização dos currículos Lattes;
- Fomentar as publicações de docentes, técnicos administrativos e alunos em geral;
- Divulgar eventos na área de pesquisa e extensão por meio eletrônico ou impresso;
- Acompanhar o processo de seleção das bolsas PIBIC, Extensão e Inovação (PIBIN) e dar os devidos encaminhamentos.
- Orientar e coordenar os diretores-gerais do campus em determinados programas e projetos;
- Apoiar as ações do plano diretor do IFPR;
- Coordenar pesquisas de levantamento de demandas por cursos técnicos, licenciaturas e outros cursos para a implantação e expansão do campus e UEPS;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Seção de Inovação e Empreendedorismo:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Disseminar o espírito empreendedor e inovador entre os docentes e alunos do campus;
- Promover palestras e eventos relacionados à área de empreendedorismo e inovação;
- Assumir a coordenação do NIT;
- Auxiliar na viabilidade de projetos, fornecendo dados e avaliando o grau de inovação;
- Implementar, avaliar e atualizar o regulamento e resolução da Agência de Inovação Tecnológica (AGIT);
- Levantar o interesse da comunidade por cursos específicos na área de inovação e empreendedorismo;
- Assessorar os docentes no contato com instituições de fomento;
- Contribuir na divulgação da política de inovação do IFPR no campus;
- Fomentar, no âmbito do Campus, ações e projetos relacionados à Inovação Tecnológica;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Seção de Estágios e Relações Comunitárias:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Organizar evento anual sobre a temática de estágio, com as coordenações dos cursos, em data definida pelo próprio Campus;
- Executar as políticas de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do estágio, no respectivo Campus, em consonância com as normativas da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação, discutidas no Campus;
- Manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos estágios em processo, bem como assegurar a socialização de informações junto às Coordenações de curso e ao campo de estágio;
- Orientar os alunos quanto ao preenchimento da documentação necessária à execução do estágio; Assinar, como Instituição de Ensino, os Termos de Compromisso de Estágios, Termos Aditivos e demais documentos referentes a estágios de alunos vinculados ao Campus;
- Organizar a documentação relacionada aos estágios, encaminhando aos interessados as vias respectivas e mantendo arquivada uma via na Unidade Orientadora de Estágios;
- Enviar à Secretaria do Campus os relatórios finais dos estágios não obrigatórios para registro da carga horária realizada;
- Enviar relatórios à Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação, conforme modelo disponibilizado por esta última, para acompanhamento e consolidação dos dados de estágios

do IFPR;

- Enviar a relação dos alunos para o setor responsável para que seja providenciado o seguro;
- Incentivar ações para aproximação da instituição de ensino à comunidade externa;
- Desenvolver, incentivar e dar apoio aos organizadores de eventos que envolvam a comunidade externa;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Coordenação de Áreas/Eixos/Cursos

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Planejar ação didático/pedagógica dos cursos com a Coordenação e Direção de Ensino;
- Executar as deliberações do CONSAP e CONSUP;
- Orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino;
- Organizar e registrar por meio de atas, reuniões com os docentes do curso; Supervisionar situações acordadas em reuniões:
- Assessorar a coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas nos cursos ofertados;
- Planejar em conjunto com a Coordenação e Direção de Ensino as dependências do curso;
- Presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
- Exercer o papel de "ouvidor" de alunos e professores em assuntos relacionados ao curso;
- Zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação específica;
- Supervisionar o preenchimento do diário de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os e encaminhando para a Coordenação de Ensino.
- Implementação e manutenção dos programas de Assistência Estudantil mantidos pelo IFPR no Campus, garantindo desta forma, a permanência e o êxito no processo formativo do aluno, através de atividades como:
- Divulgar os editais para a comunidade acadêmica (coordenadores, professores e alunos);
- Preencher relatórios e planilhas (mensais e/ou semanais e/ou anuais);
- Acompanhar a coordenação de Ensino na supervisão dos registros de frequência;
- Acompanhar a revisão e atualização dos PPC; Elaborar calendário acadêmico;
- Acompanhar novas propostas de cursos e auxiliar na elaboração dos PPC;
- Auxiliar a coordenação de Ensino/Coordenação de Curso na elaboração dos horários de aulas;

- Elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso;
- Supervisionar os planos de ensino docente e solicitar correções, caso seja necessário, assinando-os e encaminhando-os à coordenação de ensino;
- Articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;
- Elaborar, com o auxílio dos docentes, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos as necessidades do curso;
- Acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas Seções do MEC;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Secretaria Acadêmica

- Ordenar e realizar a atualização do arquivo de documentos acadêmicos, diários de classe, calendários, horários de aula, modelos usados em documentações, documentos pertinentes à vida acadêmica, cópias de registros de diplomas e outros;
- Expedir documentos pertinentes ao ambiente acadêmico, tais como: diplomas, declarações, guias de transferência, histórico escolar e certificados;
- fornece todo tipo de informações necessárias para o controle de relatórios, questionários, consultas e outros;
- Sistematizar os processos de solicitação de matrículas, trancamentos e outros procedimentos acadêmicos; Coordenar o processo de matrícula e rematrícula dos alunos; Ordenar o arquivamento de documentos;
- Coordenar as atividades de registro de resultados da avaliação dos segmentos discentes, em parceria com a Direção de Ensino e a Coordenação Pedagógica, e manter o Sistema de Controle Acadêmico informatizado e atualizado.

Biblioteca

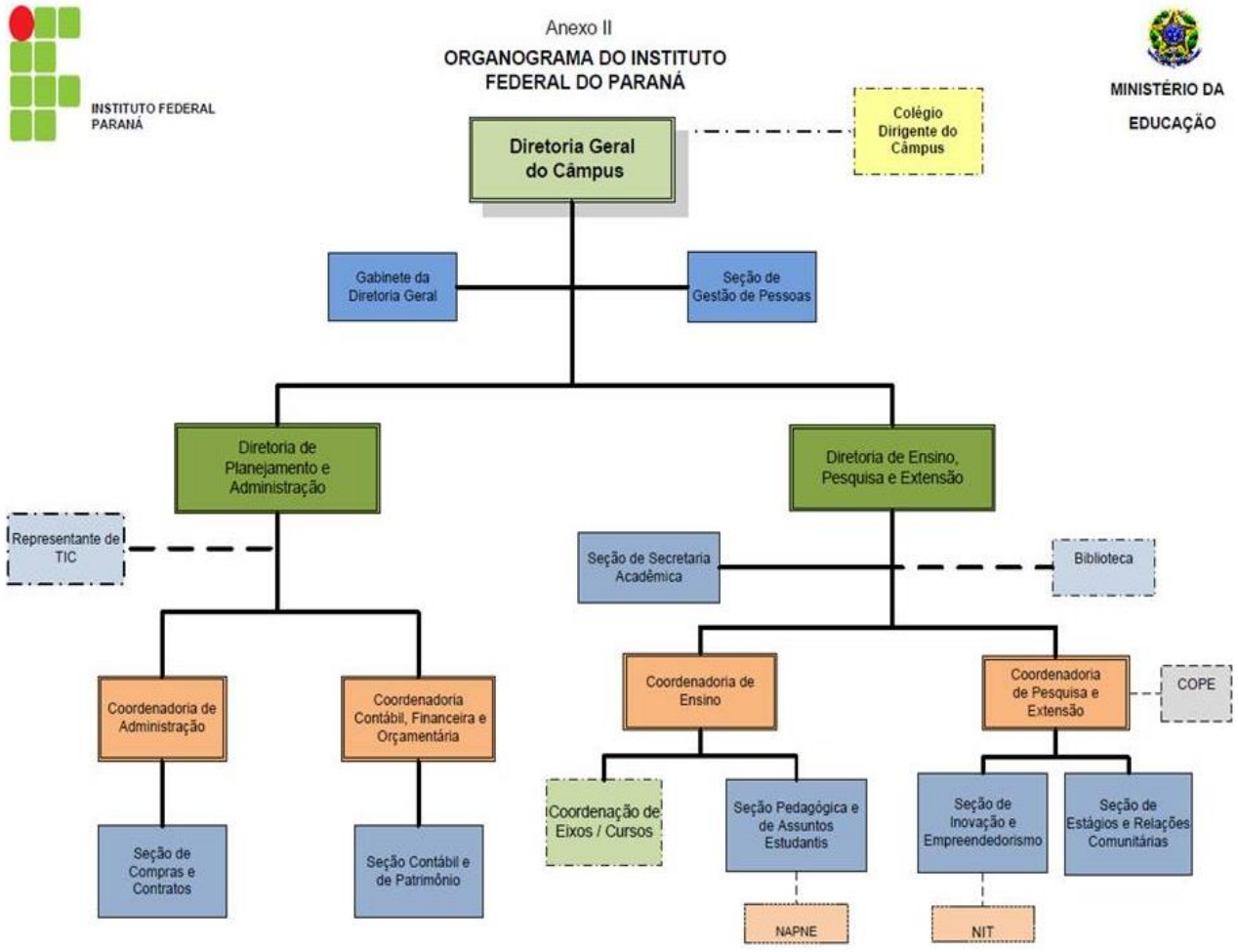
- Situada no Bloco Administrativo do Campus Foz do Iguaçu, a biblioteca Engenheiro Luiz Eduardo Guimarães Borges tem a dimensão de 674,33 m², planificada de modo a abrigar quatro salas individuais de estudo e uma grande sala de uso coletivo. Este recinto conta com balcões destinados ao atendimento, com 08 computadores para consulta e 12 mesas redondas de estudo em grupo. Quanto ao auxílio aos usuários, ele é realizado, das 07h30 às 21h00, de segunda a sexta-feira, por: um bibliotecário, dois auxiliares de biblioteca e um auxiliar administrativo.

- Tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica;
- O serviço ofertado é de empréstimo e devolução de obras do acervo, agendamento e reserva de materiais, reuniões com fins de formação para a comunidade acadêmica, atuação em função de promover e incentivar a leitura, preparação de fichas catalográficas, orientações de acesso presencial e online ao acervo, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas – *Pergamum*. O acervo está dessa forma distribuído:

Produções	Títulos	Exemplares
Acervo geral de Livros	3643	13572
Teses	20	20
Dissertações	48	48
Monografias	253	253
Periódicos	24	352
CDs	38	154
Folhetos	2	15
DVD	5	6

Fonte: Biblioteca do IFPR – Foz do Iguaçu, 2020.

2.10 Organograma



2.11 Quadro de Técnicos do IFPR-Foz

Nome	Cargo/Função	Formação	Carga horária
Alisson Romário Santos de Mello	Auxiliar Administrativo	-Ensino Médio	40 horas
Ana Carolina Pimenta	Jornalista	-Graduação em Comunicação Social -Mestrado em Desenvolvimento Sustentável	40 horas
Ana Raquel Harmel	Assistente Administrativo/ Chefe de gabinete	-Bacharelado em Direito - Especialização em Educação `a distância - Mestrado em Ensino	40 horas
Anastasia Brand Steckling	Administradora/	-Graduação em Administração -Especialização em Gestão de pessoas e Marketing	40 horas
Andréa Márcia Legnani	Pedagoga/ Coordenadora de Ensino	-Licenciatura em Pedagogia -Bacharelado em Turismo -Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino -Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras	40 horas
Angelita Rafaela Friedrich	Assistente Administrativo	-Ensino Médio	40 horas
Azenir Pacheco Dahlem	Técnico em Contabilidade/ Chefe Seção Contábil e de Patrimônio	-Bacharelado em Ciências Econômicas -Mestrado em Engenharia de Produção	40 horas
Celso Augusto de Oliveira Cristofoli da Silva	Pedagogo	-Licenciatura em Pedagogia - Especialização em Docência no Ensino Superior	40 horas
Edinalva Júlio	Assistente Social	-Bacharelado em Serviço Social -Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental	40 horas
Emannuelle Barbosa Silva	Assistente de Alunos	-Bacharelado em Administração	40 horas
Flávio Lúcio Alves Pedrosa	Assistente Administrativo/Diretor de Planejamento e Administração	-Bacharelado em Turismo -Especialização em Gestão Ambiental de Municípios - Especialização em Gestão Pública com Habilitação em Gestão de Pessoas	40 horas
Gabriela Constenaro	Assistente Administrativa/ Coordenadora	- Graduação em Administração - MBA em Qualidade	40 horas

	Contábil, Financeiro e Orçamentário		
Glaucia Lorenzi	Auxiliar de Biblioteca	-Licenciatura em Geografia - Especialização em Gestão Escolar	40 horas
Gustavo Matheus Rahal	Psicólogo	-Bacharelado em Psicologia - Especialização Psicoterapia -Mestrado Análise do Comportamento	40 horas
Halisson Henrique do Couto	Contador	-Bacharelado em Ciências Contábeis - Especialização em Gestão Pública	40 horas
Hugo Avelar Cardoso Pires	Bibliotecário	- Graduação em Biblioteconomia, Mestrado em Ciência da Informação	40 horas
Izabele Nogueira de Souza Alberelo	Técnica de laboratório de Mecânica	Ensino médio Técnico em Mecânica	40 anos
Izaias Batista dos Santos	Técnico da tecnologia da informação	Graduação em Sistemas de Informação - MBA em Gerenciamento de Projetos de TI	40 horas
Jehanne Denizard Schroder	Assistente Administrativo	-Bacharelado em Administração com habilitação em Finanças	40 horas
João Ariberto Metz	Técnico de Tecnologia da Informação	Graduação Sistema para Internet	40 horas
José Henrique de Oliveira	Técnico em Assuntos Educacionais/Chefe de Seção de Assuntos Estudantis	-Licenciatura em Matemática - Especialização em Gestão Hospitalar - Mestrado Profissional em Administração	40 horas
José Victor Franklin Gonçalves de Medeiros	Assistente Administrativo	-Bacharelado em Direito - Especialização em Direito Previdenciário - Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento	40 horas
Katia Silene Veiga Lamberti	Tradutora e Intérprete de Libras	-Licenciatura em Pedagogia - Especialização em Língua Brasileira de Sinais	40 horas
Luana Pricila Meinerz	Assistente de Alunos	-Bacharelado em Relações Públicas	40 horas
Luciane Fátima Alves	Assistente Administrativo	-Bacharelado em Contabilidade Especialização em Gestão Pública	40 horas
Luiz Fernando França	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialização MBA em Gestão de Pessoas, Especialização em Administração Pública, Graduação em Gestão Pública, Graduação em Educação Física.	40 horas
Manoel da Silva	Assistente de Alunos	Ensino Médio	40 horas

Maria Odete Haas	Assistente de Alunos	-Bacharelado em Fisioterapia	40 horas
Monice Moise de Freitas Aquino	Assistente Administrativo	-Bacharelado em Administração -Especialização em Gestão Empresarial	40 horas
Murilo Odilon Nichele Scroccaro	Assistente em Administração	- Graduação em Administração - Especialização em Controladoria Empresarial	40 horas
Nivaldo Marques da Silva Filho	Assistente de Alunos	- Graduação em Jornalismo	40 horas
Nivia Conceição Pereira dos Santos	Assistente em Administração	- Graduação em Gestão Púbica - Graduação em Administração - Especialização em Educação e Gestão Ambiental	40 horas
Otávio Luiz Kajevski Junior	Técnico em Assuntos Educacionais	- Graduação em Filosofia - Mestrado em Filosofia - Doutorado em Lógica e Metafísica	40 horas
Paula Marasca Oro	Técnica de Laboratório - Alimentos	- Graduação em Tecnologia em Industrialização de Carnes - Especialização em Tecnologia de Alimentos - Mestrado em Tecnologia de Alimentos	40 horas
Rafael Pechorz Taiete	Técnico em Laboratório - Edificações	Ensino Médio em Técnico em Edificações	40 horas
Reginaldo dos Santos Araújo	Técnico em Agropecuária	Ensino Médio Técnico	40 horas
Roseleine Nunes Cavalheiro	Técnica em Secretariado	- Graduação em Tecnologia de Recursos Humanos - Técnico em Secretariado	40 horas
Suellen Priscila Martins	Assistente Administrativo/Chefe de Seção de Gestão de Pessoas	-Licenciatura em Pedagogia - Especialização em Gestão Pública	40 horas
Telma Maria Viola de Souza	Auxiliar de biblioteca	- Graduação em Letras - Graduação em Biblioteconomia - Especialização em Gestão de bibliotecas	40 horas
Vanessa Demarchi Peron	Auxiliar em Administração	- Graduação em Comunicação Social - Especialização em Gestão Empresarial	40 horas

2.12 Quadro de Docentes IFPR-Foz

Docente	Formação	Regime de trabalho
Adilson Reidel	-Bacharelado em Engenharia de Pesca. -Mestrado em Engenharia Agrícola. -Doutorado em Aquicultura. Pós-doutorado em Aquicultura	40 horas/DE
Adriana Stefanello Somavilla	-Licenciatura em Matemática -Especialização em Matemática - Mestrado em Ensino	40 horas/DE
Alcione Benacchio	- Bacharelado em Processamento de Dados -Especialização em Rede de Computadores e Sistemas Distribuídos -Mestrado em Informática	40 horas/DE
Alexandre Zaslavsky	-Licenciatura em Filosofia. -Mestrado em Educação. -Doutorado em Educação.	40 horas/DE
Ana Paula Toome Wauke	-Bacharelado em Ciência da Computação. -Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. -Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação.	40 horas/DE
Anderson Coldebella	-Bacharelado em Engenharia de Pesca. -Mestrado em Engenharia Agrícola. - Doutorado em Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca	40 horas/DE
Anderson Gonçalves Guimarães	- Graduação em Letras/Libras - Especialização em Educação Especial: Educação bilíngue para surdos - Especialização em Distúrbios de Aprendizagem	20 horas
André Luis Gentelini	-Bacharelado em Engenharia de Pesca. -Mestrado em Engenharia Agrícola. - Doutorado em Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca	40 horas/DE
Arcângelo Augusto Signor	-Bacharelado em Engenharia de Pesca. -Mestrado em Zootecnia. -Doutorado em Zootecnia. Pós- doutorado	40 horas/DE
Bruno Erno Steckling	-Bacharelado em Medicina Veterinária. -Mestrado em Gestão Moderna de Negócio.	40 horas/DE
Bruno Estevão de Souza	-Bacharelado em Engenharia de Pesca. -Mestrado em Aquicultura -Doutorado em Aquicultura	40 horas/DE

Camila Castello Branco de Almeida Porto	-Licenciatura Plena em Educação Física. -Mestrado em Educação	40 horas/DE
Carla Renata Garcia Xavier da Silva	- Licenciatura em Matemática - Especialização em Matemática	40 horas/DE
Cátia Piano	- Licenciatura em Matemática - Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Mestrado Profissional em Matemática	40 horas/DE
Denis Antônio Silva	- Graduação em Licenciatura em Letras - Habilitação em Língua Espanhola. - Graduação em Licenciatura em Letras - Português/Língua Inglesa - Mestrado em Ensino	20 horas
Diego Pereira dos Santos	- Graduação em Física	40 horas/DE
Diogo Labiak Neves	- Graduação em Geografia - Mestrado em Geografia	40 horas/DE
Engels Camara	- Licenciatura em Educação Física e Motricidade humana - Especialização em Gestão Educacional - Mestrado em Educação	40 horas/DE
Érica de Freitas Gonçalves	- Licenciatura em Física - Especialização em Metodologia do Ensino de Física	40 horas/Contratada
Evandro Cantú	-Bacharelado em Engenharia Elétrica. -Mestrado em Engenharia Elétrica. -Doutorado em Engenharia de Automação e Sistemas.	40 horas/DE
Fábio Ramos da Silva	-Licenciatura em Física. -Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática. - Doutorado em Ciência, Tecnologia e Ensino	40 horas/DE
Felippe Alex Scheidt	-Bacharelado em Ciência da Computação. -Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação.	40 horas/DE
Fernanda Rubio	-Licenciatura em Ciências Biológicas -Especialização em Educação Ambiental e em Gestão Ambiental em Municípios. -Mestrado em Agronomia	40 horas/DE
Frederico Cid Soares	- Graduação em Tecnologia em Gastronomia. - Mestrado em Hospitalidade	40 horas/DE
Franco Ezequiel Halos	-Licenciatura em Normal Superior. -Licenciatura Educação Infantil. -Licenciatura em Sociologia. -Licenciatura em Pedagogia. -Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional.	40 horas/DE

	-Especialização em Educação Especial. - Especialização em Psicomotricidade. Relacional. -Mestrado em Educação Especial. - Doutorado em Educação Especial.	
Geovan Carlos Soethe	-Bacharelado em Engenharia Civil -Mestrado em Energia na Agricultura	40 horas/DE
Gislaine Silveira Simões	-Tecnologia de Alimentos - Industrialização de Carnes. -Tecnologia de Alimentos - Industrialização de Laticínios. -Especialização em Desenvolvimento de Produtos Alimentícios. -Mestrado em Ciência de Alimentos. -Doutorado em Ciência de Alimentos.	40 horas/DE
Givaldo Moises de Olveira	-Licenciatura em Letras. -Especialização em Fundamentos Estéticos para Arte – Educação - Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras	40 horas/DE
Henri Araujo Leboeuf	-Licenciatura em Física. -Especialização em Ensino de Ciências. -Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática	40 horas/DE
Humberto Martins Beneduzzi	-Tecnologia em Sistemas de Informação. -Especialização em Metodologia do Ensino Superior. - Mestrado em Engenharia Agrícola - Doutorado em Engenharia Agrícola	40 horas/DE
Itamar Pena Nieradka	- Graduação em Processamento de Dados - Aperfeiçoamento em Computação Aplicada - Especialização em Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos - Especialização em Desenvolvimento de Sist. Baseados em O.O para Inter. - Mestrado em Engenharia elétrica e Computação.	40 horas/DE
Jefferson de Oliveira Chaves	- Graduação em Ciência da Computação - Especialização em Des. de Sist. Para Internet e Dispositivos Móveis	40 horas/DE
Juliana Hoffmann Quiñónez Benacchio	-Bacharelado em Ciência da Computação -Especialização em Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos -Mestrado em Informática	40 horas/DE
Júlio César Royer	-Bacharelado em Ciência da Computação. -Especialização em Ciência da Computação. -Mestrado em Ciência da Computação. - Doutorado em Métodos Numéricos em Engenharia	40 horas/DE

Kathleen Dall Bello de Souza	-Bacharelado em Engenharia Civil. - Mestrado em Engenharia de Edificações e Saneamento	40 horas
Kayla Walquiria Garmus	-Bacharelado em Engenharia Agrícola. -Especialização MBA em Gestão Empresarial, mestrado em Engenharia Agrícola. - Doutorado em Engenharia Agrícola	40 horas/DE
Lauisa Barbosa Pinto	- Graduação em Administração - Mestrado em Administração -Doutorado em Administração	40 horas/DE
Leonir Olderico Colombo	-Licenciatura em História. -Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras.	40 horas/DE
Luciana Espíndula de Quadros	-Licenciatura em Matemática. -Mestrado em Engenharia Agrícola. - Doutorado em Engenharia Agrícola.	40 horas/DE
Luciana Graciano	- Licenciatura em Ciências Biológicas - Mestrado em Engenharia Agrícola - Doutorado em Engenharia Agrícola	40 horas/DE
Lucas Roberto Perucci	- Licenciatura em Ciências Biológicas - Especialização em Ensino de Ciências Biológicas - Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática	40 horas/DE
Luciano Marcos dos Santos	-Licenciatura em Letras Português/Espanhol. -Especialização em Língua, Literatura e Ensino de Língua Espanhola. -Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras. - Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras	40 horas/DE
Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira	- Graduação em Geografia - Mestrado em Geografia	40 horas/DE
Marcela Turim Koschevic	-Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, -Especialista em Engenharia de Software - Mestrado em Informática	40 horas/DE
Marcelo Duart	- Bacharelado em Engenharia Civil - Especialização em Construção e Montagem - Mestrado em Engenharia - Doutorado em Nanociência	40 horas/DE
Marcelo Müller	- Licenciatura em Química - Especialização em Gestão e Organização Escolar - Mestrado em Química	40 horas/DE
Marcia Helena Beck	-Bacharelado em Engenharia Civil,	40 horas/DE

	-Especialização em Projeto e Análise de -Estruturas -Mestrado em Engenharia - Doutorado em Agronomia	
Marcia Tiemi Saito	- Bacharelado e Licenciatura em Física - Mestrado em Física - Doutorado em Ensino de Ciências	40 horas/DE
Marcia Palharini Pessini	-Graduação em Letras Português Inglês, -Especialização em Linguística - Mestrado em Linguística Aplicada	40 horas/DE
Marciele Paula Langer	- Graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, -Especialista em Engenharia de Software	40 horas - contratada
Marcos Fernando Soares Alves	- Licenciatura em Física - Especialização em Física para o novo Ensino Médio - Mestrado em Física	40 horas/DE
Marcos Ricardo Muller	-Graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, -Especialização em Metodologia do Ensino Superior - Mestrado em Engenharia de Sistemas Dinâmicos - Doutorado em Engenharia Elétrica	40 horas/contratado
Marcos de Abreu dos Santos	-Licenciatura em Matemática -Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	40 horas/DE
Mauro Cesar Scheer	-Graduação em Matemática. -Mestrado em Lógica.	40 horas/DE
Micheli Aparecida Besten	Licenciatura em Química - Mestrado em Química Aplicada - Doutorado em Química	40 horas/DE
Miguel Batista de Oliveira	-Bacharelado em Engenharia Civil - Mestrado em Engenharia Civil	40 horas/DE
Nelson Nunes Andre Junior	- Graduação em Ciência da Computação	40 horas/contratado
Nicolle Marra Ivanoski	- Graduação em Pedagogia - Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras	40 horas/DE
Raphael Miranda Medeiros Cruz	-Bacharelado em Administração com habilitação em Hotelaria. -Especialização em Gestão da Segurança de Alimentos.	40 horas/DE

	- Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável	
Paola Stefanutti	- Tecnologa em Gastronomia - Especialização em Gestão Pública com Habilitação em Gestão de Pessoas - Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras	40 horas/DE
Patrícia de Lara Ramos	- Graduação em Letras/Inglês - Especialização em Língua Inglesa III - Mestrado em Letras, Linguagem e Sociedade - Doutorado em Letras	40 horas/DE
Roseli Bernardete Dahlem	-Licenciatura em História -Bacharelado em Turismo -Mestrado em Geografia -Doutorado em Geografia	40 horas/DE
Sabrina Kherkoff	- Graduação em Engenharia Ambiental - Licenciatura em Química - Mestrado em Ciências Ambientais	40 horas/contratada
Sidnei Klein	-Bacharelado em Engenharia de Pesca. -Mestrado em Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca. - Doutorado em Zootecnia	40 horas/DE
Sílvia Letícia Matievicz Pereira	- Licenciatura em Letras Português/Inglês - Mestrado em Letras - Linguagem e Sociedade - Doutorado em Linguística Aplicada	40 horas/DE
Talitha Perez Bianchini	-Licenciatura em Educação Artística. -Especialização em Psicopedagogia. - Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina	40 horas/DE
Tania Cristina Lima da Silva	- Graduação em Ciências/Física - Especialização em Ensino da Física - Especialização em Psicopedagogia	40 horas/contratada
Tassio Carneiro Pinheiro	- Graduação em Ciência da Computação - Especialização em Gerenciamento de Projetos	40 horas/contratado
Thiago Henrique Lopes	- Graduação em Gastronomia - Especialização em Docência Superior - Mestrado em Turismo e Hotelaria	40 horas/DE
Tiarles Mirlei Piaia	- Graduação em Educação Física e Pedagogia - Mestrado em Educação	20 horas
Tunísia Eufrausino Schuler	- Graduação em Engenharia Química - Licenciatura em Física - Mestrado em Engenharia Elétrica	40 horas/DE
Vasco de Matos Ferreira Mendes Neves	- Graduado em Física - Mestrado em Física - Doutorado em Astronomia	40 horas/DE

	- Pós-doutorado em Física	

Fonte: Gt Pessoas IFPR campus Foz do Iguaçu, 2020.

2.12 Quadro de Funcionários Terceirizados

Nome	Cargo	Escolaridade	Carga Horária
Adilson Ferreira Alves	Zelador	Ensino Fundamental Incompleto	40h
Almir Antonio Trindade	Assistente de Manutenção	Ensino Fundamental	40h
Cirilo Roa Martins	Vigilante	Curso Técnico	44h
Cleonice Batista Rodrigues	Recepcionista	Ensino Fundamental	44h
Cristiano Volpato Pedrozo	Vigilante	Curso Técnico	44h
Eni Amélia Jandre	Serviços Gerais	Ensino Fundamental	44h
Grace Ellen Gonçalves Flor	Serviços Gerais	Ensino Fundamental	44h
José Hélio Domingos	Oficial de Manutenção	Ensino Fundamental	40h
Juliana Soca Lopes Nascimento	Serviços Gerais	Ensino Fundamental	44h
Luiza Gonçalves Navarro	Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	44h
Maria de Fátima Gomes Dias	Serviços Gerais	Ensino Fundamental	44h
Max Ronaldo de Oliveira	Vigilante	Curso Técnico	44h

Fonte: Administrativo do Campus IFPR Foz, 2020.

3. Pressupostos Político-Pedagógicos do Campus

3.1 Objetivos e Finalidades do IFPR

Missão

Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade.

Visão

Tornar-se instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica no Brasil comprometida com o desenvolvimento social.

Valores

- Pessoas;
- Visão sistêmica;
- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;
- Sustentabilidade;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;
- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência.

Finalidades

De acordo com a Lei de criação (Lei nº 11.892/08) e com seu Estatuto, o IFPR tem as seguintes finalidades e características:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
V. Constituir–se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento crítico, voltado à investigação empírica;
VI. Qualificar–se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

3.2 Concepções orientadoras da prática pedagógica do Campus Foz do Iguaçu

3.2.1 Concepção de Sociedade

Ao analisar a sociedade contemporânea, observa-se um quadro social que têm despertado preocupação e necessidade, por aparte de instituições de educação, de reverem suas práticas com vistas à melhoria de seus processos organizacionais e pedagógicos. As demandas que se apresentam estão, sobretudo, relacionadas a problemáticas, como as desigualdades sociais, o individualismo exacerbado, o tecnicismo, a desvalorização do conhecimento científico, a sustentabilidade ambiental, econômica e social, o consumismo acentuado, o esfacelamento de valores fundamentais, como honestidade e solidariedade, a carência de resiliência frente as adversidades, a precarização dos direitos humanos, a acriticidade e a ausência de respeito as diferenças.

Considerando a Função Educativa (Sacristan,e Gomez, 1998) e, consequentemente, o papel transformador da escola, o coletivo do IFPR, campus Foz do Iguaçu, faz a opção por

trabalhar visando a resolução destas problemáticas e, com isto, buscar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, compreendendo que essa tarefa se dá ao possibilitar a formação técnica/profissional de qualidade pautada na criticidade e na ética.

Nessa ordem, ao formar o profissional técnico, compreendendo as especificidades de cada curso, deve-se considerar seu papel ativo na transformação desta sociedade e que, as ações mediadas pela comunidade acadêmica, são fundamentais para que se possa orientar os estudantes nessa caminhada.

Assim, a sociedade desejada pelo IFPR, campus Foz do Iguaçu, é aquela que esteja fundada em valores que defendam um projeto de desenvolvimento democrático, solidário e sustentável; que promova o diálogo com respeito às diferenças e a busca do bem estar íntimo e realização pessoal e profissional; que desenvolva uma cultura de solidariedade em contraposição ao individualismo consumista; com superação da alienação e desigualdade social por meio da valorização da educação e do trabalho; baseado em preceitos éticos, visando à autonomia, a criticidade e a iniciativa na construção intelectual, social e política dos cidadãos. Reafirma também a pauta apresentada pela Organização das Nações Unidas (2015), em sua Plataforma Agenda 2030, a qual apresenta "17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta".

Nesse sentido, a formação técnica/profissionalizante ocorre mediante a compreensão de que o trabalho é a categoria que nos humaniza e possibilita interferir no mundo para melhorar a qualidade das relações sociais e das vidas das pessoas. Por isso o principal aspecto do trabalho não diz respeito à produção de bens e serviços, mas sim à formação do próprio ser humano e ao seu autoconhecimento.

3.2.2 Concepção de Ser humano

O ser humano, compreendido neste projeto, é aquele que, subordinado as condições materiais de existência, tem a capacidade de interferir de maneira a transformá-las. Constrói sua visão de mundo a partir da cultura na qual está inserido e, mediado pelas experiências, a ressignifica na busca por aquilo que Freire (2001) denominou de "ser mais", vocação pela qual o sujeito procura sua plena humanização.

Como ser cultural, este sujeito faz uma leitura do mundo que pode não corresponder, necessariamente, a dos demais. Assim, a diferença é constituinte de sua natureza histórica, biológica e social e, mesmo que descrito em suas múltiplas dimensões, deve ser concebido a partir de sua integralidade e individualidade.

3.2.3 Concepção de Educação

Educação é, na perspectiva do coletivo do IFPR, campus Foz do Iguaçu, o processo que contribui para a formação dos sujeitos que se comprometam com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, utilizando os conhecimentos produzidos e sistematizados historicamente de maneira crítica, para reafirmar ou transformar aquilo que compreenderem necessário.

Trata-se de um processo dialógico, no qual seus agentes são mediadores no desenvolvimento da aprendizagem, considerando a produção cultural e ética dos educandos. Visa atender as necessidades da sociedade, na medida em que, uma democracia precisa do comprometimento e participação ativa de seus integrantes, seja no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico ou nas relações sociais que se estabelecem.

Assume-se uma concepção de educação profissional e tecnológica, tendo a criticidade e autonomia como princípios educativos, considerando o ser humano em sua totalidade histórica pressupondo contribuir para a formação integral de pessoas que compreendam a realidade e que possam transforma-la. Destaca-se, assim, a importância de uma educação integral;

> Ao reconhecer que a educação pode ser uma mediação na transformação da sociedade atual, essa concepção poderá sinalizar alguns dos caminhos possíveis, outras formas de agir, politicamente, nas relações sociais e matérias que se dão na escola. Essa última concepção, por ser uma visão crítica, considera as possibilidades do papel ativo da escola, ao lado de outras instâncias da sociedade, na mediação de um projeto social, sem descartar os condicionantes e determinantes históricos e sociais, bem como as contradições que estão sempre presentes nos diferentes processos de mudança social e cultura (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2010, p. 146).

Assim, a educação deve ser considerada como uma forma política de intervenção no mundo, a serviço da construção de uma sociedade, na qual o exercício da democracia seja desenvolvido de maneira plena.

3.2.4 Concepção de Currículo

Baseado nas concepções de sociedade, ser humano e de educação que o IFPR campus Foz do Iguaçu assume para contribuir com a formação, não só de profissionais, mas também de seres humanos em sua integralidade, convêm apresentar uma concepção de currículo coerente com tais premissas. De acordo com Veiga:

> Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do

> conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o Currículo refere-se à organização do conhecimento escolar (VEIGA, 2004, p. 26).

Mas o currículo não deve ser visto apenas como uma série de conteúdos a serem transmitidos ao sujeito passivo. A participação do homem e da mulher, como sujeitos da sociedade, implica em uma postura crítica que esteja embasada no conhecimento científico e que, por isso, deve estar explícita no currículo escolar. Para isso, devemos pensar mais criticamente sobre o papel do currículo na formação humana do aprendiz, para que este não seja usado como instrumento ideológico de controle e exclusão social, e sim, contemplar a organização curricular num coletivo, fazendo ligação entre as disciplinas e as atividades que a escola desenvolve.

Uma das maiores preocupações é o ensino de qualidade, o que pressupõe conceber a educação como um processo no qual o conhecimento vai sendo construído ao longo do tempo, visando formar sujeitos conscientes de sua ação transformadora na construção de uma sociedade mais justa, tendo na apropriação do saber elaborado um instrumento de realização pessoal, profissional e social, que proporcione um diferencial na vida dos alunos. Espera-se que o aluno seja capaz de saber mais sobre si e consiga refletir sobre a realidade que o cerca, tenha discernimento do justo e que seja coerente e consequente. É fundamental que estes aprendam e se desenvolvam, vencendo seus limites e dificuldades para aprender.

Para que a escola cumpra com eficácia seu trabalho educativo, deve-se pensar no seu papel, como mediadora na construção dos conhecimentos científicos, através de seu currículo. Desta forma, a aprendizagem deve ocorrer de maneira contextualizada e interdisciplinar.

Cumpre, também, ter claro, que é preciso organizar os conteúdos disciplinares de maneira que o método dialético de enxergar a realidade seja tido como prioridade em todas as disciplinas. Isto é, conhecer conceitos que digam respeito às relações sociais construídas historicamente pelos seres humanos durante os séculos de sua existência, para que a educação seja realmente posta a serviço da humanização.

3.2.5 Concepção de Ciência, Tecnologia e Cultura

O que entendemos por ciência? Como a ciência deve estar presente na escola? O que entendemos por tecnologia? Como a tecnologia deve estar presente na escola? O que entendemos por cultura? Como a cultura deve estar presente na escola?

Para compreender a realidade, elencamos quatro categorias da formação humana como pontos de partida para serem os temas geradores da elaboração dos projetos e ações pedagógicas. Essas quatro categorias são indissociáveis; e a principal é o trabalho.

Trabalho, como antes já tratamos, entendido como a produção da existência humana, na qual o homem transforma a natureza para satisfazer as necessidades objetivas e subjetivas dele ou da sociedade. A busca pelo aprimoramento das técnicas e o acúmulo dos conhecimentos por gerações, junto com as condições materiais existentes, permitiu a humanidade atender cada vez melhor tais necessidades.

Nesse sentido, a ciência é a sistematização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Conhecimentos assim produzidos e legitimados socialmente ao longo da história são resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. Dessa forma, a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. A tecnologia é a mediação entre a ciência e a produção, numa relação de compreensão e intervenção na realidade. Em outras palavras, é a transformação da ciência em força produtiva.

E cultura são as normas de conduta orientadas pelos valores éticos e estéticos da sociedade. É o processo de produção de símbolos e de representações e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social. Portanto, uma formação integrada deve proporcionar o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos, mas também deve possibilitar o questionamento e a reflexão sobre os padrões culturais e os valores que normatizam a sociedade.

Em discussão no campus, entendeu-se que nossas concepções de ciência, tecnologia e cultura estão diretamente ligadas às nossas práticas de pesquisa e extensão e que devem levar em consideração as especificidades dos Institutos Federais, assim como as condições materiais de produção das mesmas. Devido à carga horária restrita de 16 horas semanais e com o excesso das demandas do ensino e atividades burocráticas, não é possível desenvolver grandes pesquisas de ponta, inclusive devido à falta de recursos.

Assim, uma maneira de responder essas demandas é articulando a pesquisa e/ou extensão com o ensino, envolvendo os alunos e os conteúdos das disciplinas ou estudando a metodologia de ensino em si.

A participação dos alunos nos projetos de pesquisa, embora ainda não seja obrigatória, é muito importante e tem se mostrado bem efetiva e qualitativa. No entanto, foi destacado que é o professor que deve manter o protagonismo na proposta da pesquisa, pois os estudantes ainda não tem acúmulo para caminhar sozinho nos projetos. Portanto, o professor deve atuar como um orientador dos alunos. Foi destacado ainda que essa participação requer uma abordagem mais pedagógica na inserção dos alunos nos projetos, quase como um projeto de ensino prévio ao de

pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo um processo mais amplo de formação desses estudantes, para além da pesquisa em si. Após esse período de formação inicial, os estudantes ficam muito motivados e relatam que essa participação nos projetos ajuda muito na formação deles e que contribui, inclusive, para a permanência deles na Instituição.

De maneira geral, entende-se que é necessário valorizar a extensão e por isso a importância da inserção na comunidade. Mesmo considerando pequeno tempo de existência da Instituição na região para poder avaliar a inserção na comunidade, não se deve perder essa atuação como objetivo para cumprir a função social da instituição. Por isso, com auxílio da Seção de Estágios, há sempre uma busca ativa na comunidade para identificar as demandas regionais e os arranjos produtivos para contribuir com mais qualidade na comunidade.

3.2.5.1 Educação Intercultural

É *mister* o objetivo do IFPR, campus Foz do Iguaçu, uma formação integral, dessa maneira, as ações e práticas de ensino apoiam-se no reconhecimento e valorização da diversidade, enquanto fontes que propiciam a aprendizagem, enriquecendo-a, tendo em vista a multiculturalidade, enquanto fator tácito de formação de nossa cultura, aceita como parte de um mundo moderno e globalizado, sendo assim, incorporada à educação, no sentido de valorização da diversidade, respeito e igualdade, como oportunidade e como fonte de aprendizagem para todos e todas, nesse sentido, as atividades de ensino pautam-se por desenvolver a capacidade de comunicar e incentivar a interação social, criadora de identidades e de sentido de pertença comum à humanidade.

O território da Tríplice Fronteira, no qual estamos inseridos apresenta peculiaridades que devemos levar em consideração quando se pensa em uma educação intercultural. A diversidade cultural da fronteira é plural, presente e constante. Foz do Iguaçu faz parte de um contexto plurilíngue e pluricultural onde várias etnias dialogam no cotidiano, recriando suas identidades. Sendo assim, o discurso que os professores utilizam em sala de aula não pode deixar de reconhecer essas questões, para que sejam evitados os estereótipos criados pelo senso comum para identificar as diferentes etnias. Para assegurar que a educação considere a realidade local e regional, é preciso levar em conta a diversidade linguística e cultural que permeia nosso campus.

Por ser um campus de Fronteira, o processo educativo deve ser planejado com vistas a essa realidade, que é diferente dos outros campi que compõe o IFPR. É desafiante encontrar uma prática que estabeleça a escola como um lugar de fala e de escuta, de convívio dialógico, onde não se manipule e nem se abafe a voz do outro, que seja um lugar onde homens livres se

transformem e se humanizem e que essa relação dialógica se estabeleça como articuladora do discurso educacional, em que a ação pedagógica possa adquirir especificidades e criar condições básicas para a significação social do conhecimento.

Ao falar sobre a questão da cultura é necessário deixar claro que para que se alcance uma educação que atenda as especificidades linguísticas e culturais que constituem a fronteira é preciso desenvolver um trabalho que esteja pautado em uma perspectiva de uma "pedagogia culturalmente sensível" (Erickson, 1987; Ladson-Billings (1994).

Ao falar sobre o conceito de cultura assumida nesse documento cabe ressaltar que não é possível pensar em um conceito dominante de cultura como algo estático, substantivo e essencialista, pois cultura é "uma estratégia de sobrevivência, híbrida, produtiva, dinâmica, aberta, em constante transformação" (Bhabha, 1998, p.6). Para Cavalcanti e Maher (2009, p.24) as culturas, compreendidas como os sentidos que atribuímos a tudo que existe no mundo, estão em permanentemente e difícil diálogo, pois seus significados não são sempre consensuais. Os diálogos entre as culturas, ou interculturalidades, estão perpassados por relações de poder, em que os que se encontram em situação privilegiada buscam manter o seu lugar, enquanto os subalternos procuram reverter essa situação.

Assim sendo, as autoras argumentam a favor de que, sejam contemplados em seus currículos e programas de ensino, não apenas o respeito às diferenças, mas, principalmente, que realizem "um exame crítico dos diferentes discursos e das diferentes manifestações linguísticas, culturais e sociais presentes na sociedade contemporânea, de modo que eles possam formar alunos cidadãos comprometidos e respeitosos para com as questões e as ações de seu tempo". Uma possibilidade para os desafios de uma educação intercultural em contexto de fronteira, seria pensar uma perspectiva educacional que reconheça língua(gens), identidades e culturas na sua complexidade como processos em permanente (re)construção.

Desta forma, não se limitaria apenas ao reconhecimento e respeito às diferenças, mas, indo mais além, proporia um questionamento das relações de poder subjacentes a estas construções. Desenvolver um trabalho pedagógico que seja "culturalmente sensível" significa buscar manter a cultura do aluno, usando seus referentes culturais para fomentar o conhecimento, as habilidades e atitudes, possibilitar seu empoderamento intelectual, social, emocional e político.

3.2.6 Trabalho como Princípio Educativo

O trabalho enquanto princípio educativo é um pressuposto pedagógico da Educação

Profissional e Tecnológica, o qual o IFPR – campus Foz - compartilha enquanto instituição que oferta esta modalidade de ensino.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, o coletivo do campus baseia-se a concepção do trabalho como princípio educativo, não na perspectiva de apenas aprender fazendo, nem é sinônimo de formar tão somente para o exercício do trabalho. Entender o "trabalho como princípio educativo" coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configuram a vida cidadã e economicamente ativa.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) apontam que é no ensino médio que essas perspectivas ganham volume, conteúdo e informação e devem ser traduzidas em conhecimento apropriado pelos nossos jovens. Pois, é nessa etapa educacional que nossos futuros trabalhadores realizarão suas escolhas profissionais e estão mais aptos a uma apropriação mais crítica dos conhecimentos historicamente acumulados e sistematizado, construindo uma consciência mais ampla de significados e leitura de mundo. Conhecimentos que se transformam em força produtiva na sociedade. Diante disso, reforça-se a prerrogativa imanente de se caminhar partindo da concepção do trabalho enquanto princípio educativo.

Para tal intento, devemos considerar o trabalho e as formas que o mesmo assume na história humana. Nesse sentido, é pensar na constituição do ser humano enquanto tal. (Kosic 1986 citado por Frigotto 2010) nos aponta que é um processo que está intrinsecamente ligado à constituição do homem, que planeja suas ações e transforma a natureza para atender às suas necessidades. Neste movimento de reflexão não podemos deixar a essência do trabalho ontocriativo, confundir-se com as características e sentidos que o mesmo assume e é relegado na história da humanidade – trabalho escravo, servidão, explorado e remunerado – que no decorrer dos fatos humanos foi usurpado pelas classes dominantes em determinados tempos e espaços na história (Lukács, 1978).

A partir disso, Frigotto (2010, p. 60) pondera "nesta concepção, o trabalho se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo e educativo". O trabalho pertence ao ser humano, é ao mesmo tempo direito e dever, todos devemos trabalhar para produzir nossa existência e todos temos o direito de usufruir das benesses do resultado do trabalho coletivo. Portanto, o trabalho deve permear nossa formação desde a tenra idade até a vida adulta.

3.2.7 Escola, trabalho, trabalho educativo, ensino-aprendizagem

Historicamente, a escola se constituiu como o espaço formalmente adequado para a transmissão dos conhecimentos acumulados pela humanidade. Nesse sentido, entendemos que:

> A escola é elemento imprescindível de mediação entre aquilo que o sujeito consegue fazer sozinho e aquilo que só consegue fazer com a ajuda de pessoas mais experientes, de gerações que se apropriaram de parte do legado de que a humanidade dispõe. A educação, no sentido mais amplo, significa o modo como a sociedade se organiza para possibilitar aos seus membros o acesso ao patrimônio legado pela humanidade àquela época. E a escola é uma instituição especial para fazer isso de forma sistematizada, e fazê-lo em relação à apropriação dos elementos da cultura, dos elementos que exigem interpretação, organização, sistematização e, portanto, para ser apreendidos, precisam do auxílio das pessoas que tiveram, à sua época, a oportunidade de se apropriar deles de forma sistematizada. (SAVIANI, N., 2011, p. 12).

O acesso à educação escolar, no entanto, foi restrito às classes dominantes até a Revolução Industrial, de modo que apenas os filhos das famílias mais abastadas a frequentavam. Por outro lado, os filhos dos trabalhadores formavam-se na aprendizagem do próprio trabalho nas oficinas. Todavia, com o advento da sociedade industrial e capitalista, foi necessário expandir a apropriação de conhecimentos científicos básicos para toda a população, a fim de possibilitar o trabalho fabril e a vida urbana.

Sendo assim, desde então, de forma geral, a escola passou a ser um local frequentado por toda a população (ao menos deveria ser) e nos dias atuais:

> A educação escolar básica – ensino fundamental e médio – tem uma função estratégica central dentro da construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico e é condição para uma relação soberana e, portanto, não subalterna e colonizada com as demais nações. Antes disso, porém, trata-se de concebê-la como direito subjetivo de todos e o espaço social de organização, produção e apropriação dos conhecimentos mais avançados produzidos pela humanidade. (FRIGOTTO, 2005, p. 72-73).

Contudo, na sociedade capitalista existe uma percepção muito clara que o objetivo da escola difere de acordo com o público que a frequenta, de maneira que a formação seja adequada ao posto no processo produtivo que será ocupado posteriormente. Ou seja, aos trabalhadores devem ser ensinados os conhecimentos suficientes e inerentes ao exigido pelo mercado de trabalho e aos filhos da burguesia a formação propedêutica e com a abrangência de quem vai ocupar os lugares mais altos da produção. Porém, acreditamos que a escola também é palco de contradições e que pode ter o papel de proporcionar uma formação para além do senso comum e da restrita base de conhecimentos exigidos pelo mundo do trabalho.

> Neste horizonte, a expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica (fundamental e média) unitária, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e da democracia efetivas. Não se trata de uma relação, pois, linear com o mercado de trabalho, mas mediada, sem o que não se cumprem os dois imperativos: de justiça social e de acompanhamento das transformações técnico-científicas do mundo do trabalho. (FRIGOTTO, 2005, p. 74).

Nessa ordem, concebemos a escola, pautados, também, por Saviani (2000, p. 22), que pondera: "[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado", não qualquer tipo de saber, mas o conhecimento elaborado e não espontâneo ou fragmentado.

Saviani destaca, portanto, o caráter revolucionário do saber elaborado ao afirmar que a escola para a classe subalterna deve objetivar garantir o acesso ao conhecimento científico historicamente acumulado, de modo que esta classe dominada tenha condições de lutar contra a sua exploração, pois "o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. " (SAVIANI, D., 2012, p. 55). Nessa perspectiva, defendemos a importância da escola, da transmissão do conhecimento científico, superando o senso comum, levando os alunos à compreensão crítica da realidade que se apresenta por detrás da aparência dos fenômenos cotidianos. Essa transmissão do conhecimento dar-se-á através do trabalho educativo que é definido por Saviani como "o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. " (SAVIANI, D., 2008, p. 13).

O trabalho educativo contrapõe-se ao espontaneísmo e ao naturalismo e pressupõe a ideia de que cada indivíduo deve se apropriar intencionalmente dos elementos culturais necessários para sua humanização.

Esta socialização do saber sistematizado deve estar articulada com a realidade social na qual a escola está inserida, levando em consideração que a sociedade é contraditória e desigual e que os sujeitos (homens e mulheres) são seres sociais e históricos, os quais devem intervir para a transformação da realidade.

Diante deste contexto, entendemos a escola como um espaço vivo, dinâmico, democrático, privilegiado da ação educativa que: garanta o acesso ao ensino de qualidade e favoreça a permanência do aluno; seja pública, laica e pluralista; proporcione práticas coletivas de discussão, garantindo a participação de toda a comunidade escolar; oportunize o acesso ao conhecimento, sua construção e recriação permanente envolvendo a realidade dos alunos, suas experiências, saberes e cultura, estabelecendo constante relação entre teoria e prática; que tenha espaços de formação

para todos os servidores; que busque superar todo tipo de opressão, discriminação, exploração e obscurantismo de valores éticos de liberdade, respeito à diferença e ao ser humano, solidariedade e preservação do ambiente natural.

Nesta ordem, segundo estas concepções, a gestão escolar busca trabalhar com a finalidade de dar significado aos recursos imateriais, materiais e financeiros atribuídos, e, à forma como serão utilizados no processo da educação.

Pautado pela premissa de que a gestão escolar administra a escola como um todo, tem-se como alicerce, o trabalho de cada um dos setores da instituição, os quais fazem cumprir seu Manual de Competências, visando, de forma geral, efetivar o processo de ensino-aprendizagem.

Nesta perspectiva, segundo o apurado até o momento, aprender é um processo em que o aluno, mediante contato com os agentes escolares, gestão escolar, corpo docente e os próprios discentes, passa a compreender, refletir e aplicar os conhecimentos que foram compartilhados, assim, a aprendizagem é possivelmente processada, por meio da prática, por parte do aluno, dos conhecimentos que foram trocados durante uma aula, atividade e convívio escolar.

Para que seja efetivada a aprendizagem, segundo Libâneo (1994), ela necessita ser organizada pelo agente educativo de forma a fazer sentido para o aluno, pelo emprego de técnicas, métodos e instrumentos que consolidem a aplicação prática de conhecimentos, assim como, torna-se necessário que o aluno se sinta motivado, o que pode ser contemplado em função da organização do conteúdo, de maneira a atender as necessidades do mesmo, para que ele descubra suas possibilidades.

Segundo Libâneo (1994, p. 90) “a relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende. ” Ele mesmo concluiu que é algo bem diferente disso “é uma relação recíproca na qual se destacam o papel dirigente do professor e a atividade dos alunos. ” Dessa forma podemos perceber que “O ensino visa estimular, dirigir, incentivar, impulsionar o processo de aprendizagem dos alunos. ”

Para desenvolver o senso crítico é preciso que o ensino seja fundamentado em conteúdos de caráter, dentre os diversos pontos que o autor cita, ressaltamos a necessidade do aluno ter assimilado o conteúdo anterior antes que um novo seja transmitido, o que será, também possível, pela inversão no aprimoramento e atualização das práticas de ensino do professor (LIBÂNEO, 1994).

Outro fator essencial, concernente à problemática ensino-aprendizagem, refere-se à clareza de intenções didáticas, do professor em relação ao aluno, que poderá deixar o discente estimulado e motivado quanto ao que lhe é proposto, o que possibilitará colaborar para efetivação do ensino e, por conseguinte, a assimilação dos conhecimentos, por isso, Libâneo (1994, p. 159) deixa claro,

com relação a esse tema que “a assimilação de conhecimentos não é conseguida se os alunos não demonstram resultados sólidos e estáveis por um período mais ou menos longo.” Estes pressupostos permeiam a sistematização do conhecimento, realizada por meio da construção do currículo.

3.2.8 Concepção de Avaliação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegura que a avaliação deve ser “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (artigo 24, inciso V, letra a).

Nessa direção, a Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017 do IFPR, entende a avaliação enquanto parte do processo educativo, no qual estudantes e docentes são considerados sujeitos ativos, com suas bagagens cognitivas, psicológicas, biológicas, sociais, etc., por isso, além dos conteúdos formais (curriculares), o processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta os conhecimentos informais, oriundos das práticas sociais dos estudantes. De acordo com a proposta do IFPR, na relação entre teoria e prática o estudante pode desenvolver a capacidade de refletir criticamente sobre o que aprendeu, o que leva a um constante processo de aprendizado. Por isso, cabe aos docentes o papel de mediador desse processo, no qual o conhecimento prévio dos estudantes se relacionada com o conhecimento científico sistematizado, a fim de construir os saberes em suas múltiplas dimensões. A avaliação não deve ser confundida com o conceito atribuído ao estudante (síntese) ou o instrumento avaliativo aplicado.

Avaliar é um processo contínuo que objetiva não só redirecionar a aprendizagem do aluno, como também planejar o trabalho do professor, contemplando os princípios de promoção da educação integral. Trata-se de concepção que ressalte as funções diagnóstica, formativa e somativa, ferramenta para tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades, e que funcione como instrumento colaborador na compreensão dos processos da aprendizagem e ensino.

Na função diagnóstica, avalia-se para identificar o nível de conhecimentos dos alunos. Deve anteceder a elaboração de um projeto, de uma unidade ou de uma aula. A avaliação diagnóstica pode ser realizada durante todo o período letivo.

A função formativa auxilia a identificar os avanços e as dificuldades ao longo do processo, ainda em tempo de tomar providências para resolver as dificuldades apresentadas. Os resultados mostram a necessidade de rever os planos e de fazer mudanças em algumas decisões tomadas anteriormente. A avaliação é um dos elementos do ensino e não apenas a classificação

A função somativa acontece ao final de um trabalho desenvolvido (unidade, bimestre, semestre, ano). Expressa o resultado referente ao desempenho do aluno durante o desenvolvimento dos componentes curriculares do período letivo.

As três funções da avaliação são interdependentes e se completam entre si, pois avaliamos em que nível está o conhecimento (diagnóstica); acompanhando todo o processo para evitar que falhas prejudiquem todo o trabalho (formativa) e verificamos o resultado final obtido após toda realização do trabalho e os conceitos que foram atribuídos (somativa).

> A avaliação, enquanto relação dialógica vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. Dessa forma a avaliação passa a exigir do professor uma relação epistemológica com o aluno. Uma conexão entendida como uma reflexão aprofundada sobre as formas como se dá a compreensão do educando sobre o objeto do conhecimento. (HOFFMANN, 2005, p.116)

Assim é fundamental que a avaliação assuma uma vertente crítica e reflexiva da própria ação, a fim de analisar e melhorar essa ação: trata-se de um processo de reflexão-ação-reflexão.

3.2.9 Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica contribui para o combate às desigualdades estruturais de diversas ordens, proporcionando o desenvolvimento social por meio da formação humana integral dos alunos atendidos. Propicia, ainda, o desenvolvimento econômico, a partir da articulação das ofertas educacionais e das ações de pesquisa e extensão. Tal articulação vincula-se aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais com possibilidade de permanência e emancipação dos cidadãos, assim como de desenvolvimento da região.

Neste contexto, o IFPR – campus Foz do Iguaçu, tem como característica a oferta de educação profissional com o objetivo de qualificar e atualizar jovens e adultos visando a sua inserção no mundo do trabalho e melhor desempenho no exercício de suas atividades profissionais. Objetiva contribuir para o desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, visando à melhoria da qualidade de vida da população atendida.

Complementando, como afirmam Ciavatta, Frigotto e Ramos (2010), atualmente, a educação profissional e tecnológica constitui um processo que objetiva, simultaneamente, qualificar o cidadão e educá-lo em bases científicas, bem como ético-politicas e culturais, baseado na estruturação de uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho.

Tal princípio educativo pressupõe a construção de um processo pedagógico e metodológico que supere a dicotomia histórica entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e operacional, por meio de uma formação integral, permitindo ao ser humano não apenas a inserção no mundo do trabalho, mas também uma participação ativa na sociedade.

3.2.10 Indissociabilidade entre Pesquisa, Ensino e Extensão

O coletivo do campus entende a pesquisa, ensino e extensão, na perspectiva de produção, socialização e difusão de conhecimentos. A pesquisa e a extensão como princípio educativo proporciona integração entre alunos e professores num processo educativo e de formação profissional, pois é uma atividade fundamental para a discussão e de diálogo em sala de aula. Deve-se articular a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, constituindo-se numa prática de incentivo a iniciação científica. É através da pesquisa que o professor pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível. Em um contexto mais amplo, a Instituição visa contribuir para as transformações da sociedade, visto que esses processos educacionais são construídos nas relações sociais.

As atitudes de professor/pesquisador devem ser sempre despertadas no estudante, tendo a pesquisa e extensão como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. A pesquisa, além de ser um ato educativo, reflexivo e formativo, é um ato político. Portanto, é preciso desenvolver e estimular esta prática nos alunos e na particularidade das práticas pedagógicas, criando oportunidades para que os envolvidos questionem, investiguem, verifiquem, coletem, comparem, analisem, examinem, descubram, compreendam, sintetizem, organizem e interpretem crítica e cientificamente, criando assim uma relação pedagógica entre o ensino, pesquisa e extensão, proporcionando a Instituição se inserir na sociedade através da execução e transferência de conhecimentos a sociedade.

Na prática, significa dizer que a pesquisa, a extensão e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida das pessoas, material, social e culturalmente.

4. Planejamento das Ações Didático-Pedagógicas e de Gestão Escolar

Atendo-se a um planejamento estrategicamente desenvolvido, sistematizado, com objetivos claramente definidos, o IFPR, campus Foz do Iguaçu, almeja alcançar seus objetivos, resultantes de ações de cunho didático e pedagógico, por meio de seu plano de ação, interligado aos parâmetros democráticos de gestão, que abarcam toda a comunidade escolar. Considerando, portanto, que a organização do trabalho pedagógico implica novas práticas de ensino, o IFPR de Foz do Iguaçu entende que é preciso desencadear ações para a realização de uma prática pedagógica direcionada para trabalhar as dificuldades resultantes da rotina educacional, tendo como meta principal, a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

4.1 Ações Didático-Pedagógicas

Tendo em conta os critérios de ação concernentes aos diversos aspectos relevantes, que formam a instituição, coerentes com suas proposições, estabeleceram-se as diretrizes, baseadas na perspectiva de promover o desenvolvimento institucional, de modo a assegurar mecanismos eficientes e eficazes de planejamento, execução e acompanhamento dos processos operacionais que contribuam para a qualidade da educação e dos serviços necessários para a implantação da proposta pedagógica.

A Organização Didático-Pedagógica do Campus Foz do Iguaçu está em consonância com as legislações educacionais e com os princípios elencados nas resoluções institucionais do IFPR (Resolução nº 54/11 e nº 55/11), que orientam e direcionam os meios operacionais para se cumprir a missão do IFPR.

As ações estão centradas na perspectiva de uma educação inclusiva, plural e democrática que abrange todos os processos formativos, valorizando os conhecimentos formais e não formais provenientes dos diversos ambientes educativos (trabalho, escola, família, comunidade, lazer, movimentos sociais, manifestações culturais e religiosas, etc.)

As Organizações Didático-Pedagógicas do IFPR observam o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como Pareceres, Resoluções e Decretos que orientam os níveis e modalidades de ensino ofertados pela Campus Foz do Iguaçu. O Regimento do IFPR, o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) ofertados, orientam procedimentos didáticos, pedagógicos e administrativos tangentes a organização do trabalho pedagógico da instituição.

Os cursos de nível médio do IFPR são regidos, além de outras normas, pela Resolução nº 54/2011 – CONSUP/IFPR. Os cursos superiores de Tecnólogos, Bacharelados e Licenciatura

seguem orientações da Resolução nº 55/2011 – CONSUP/IFPR. As pós-graduações lato sensu são regulamentadas pela Resolução nº 18/2017 – CONSUP/IFPR. As pós-graduações strictu sensu são normatizadas pela Resolução nº 10/2014 – CONSUP/IFPR, cuja finalidade dos Programas é oferecer cursos de Mestrado e Doutorado profissional e acadêmicos, para formação de profissionais dedicados à pesquisa, extensão e inovação, contribuindo para a geração, desenvolvimento e difusão da prática científica no país.

O Trabalho Pedagógico Institucional deve ser organizado e planejado a partir dos conhecimentos formais e dos informais. Todo processo de educação escolar, por ser intencional e sistemático, exige a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas na escola e principalmente em sala de aula.

Os conhecimentos formais devem estar presentes no currículo dos cursos que a instituição oferece, enquanto os conhecimentos informais são provenientes da realidade concreta e da prática social de cada indivíduo, que são cercados de pluralidade e diversidade e devem ser considerados nas práticas educativas institucionais. Todas essas práticas, vivências e contato com os diferentes tipos de conhecimentos que fazem parte da totalidade dos fenômenos naturais, sociais e científicos devem estar presentes nas ações de ensino, pesquisa e extensão, colaborando assim para formação integral de nossos alunos. O ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, nesse sentido, passam a ser indispensáveis para a construção do conhecimento. Baseado nestes pressupostos, os processos formativos devem privilegiar o ciclo dialético que o conhecimento está imerso (teoria com a prática = Práxis), o que leva o estudante a desenvolver um processo permanente de aprendizado, criticidade e coletividade.

Nesse sentido, o Campus Foz do Iguaçu desenvolve suas atividades na perspectiva da educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, configurando-se, ao mesmo tempo, como uma instituição de educação superior, básica e profissional. Ofertando cursos de qualificação profissional até cursos de pós-graduação, propiciando assim a verticalização dos estudos, oportunizando ao estudante um itinerário formativo dentro da própria instituição, em que possa iniciar com cursos de ensino médio integrado, de capacitação e progredir gradativamente, alcançando a Educação Superior e inclusive a Pós-graduação.

O planejamento pedagógico realizado no IFPR, campus Foz do Iguaçu, baseia-se nos princípios norteadores e articuladores, já ressaltados (missão, visão, concepções e metas), segundo os quais, a educação técnica está imersa, tendo como premissa o trabalho, para além da sua prática econômica na sociedade capitalista, como princípio educativo, cuja compreensão do ser humano está atrelada ao de produtor da sua realidade, na qual é possível transformar as condições naturais e materiais da vida, por meio da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela

humanidade.

Sob esta ótica, de forma coletiva, o planejamento pedagógico é elaborado, anualmente, por toda a equipe (técnicos e professores), cujos planos de ação buscam estabelecer, de maneira mais pontual: regras de uso dos espaços da escola; calendário geral da escola – local; projetos; eventos; Organização da Mostra de Cursos; Organização da Mostra de Trabalhos de Ensino Pesquisa e Extensão; Feira de Inovação Tecnológica do Instituto Federal do Paraná (IFTech); Semanas Acadêmicas dos Cursos; horários de atendimento; reuniões de pais e professores; avaliações; formação continuada; planos de ensino - conteúdos trabalhados por cada disciplina, tendo em vista a ementa, seus objetivos, metodologia e avaliação.

Diante do contexto apresentado, denota-se que a comunidade acadêmica em foco, baseia-se nos princípios de gestão democrática, a fim de promover a educação pública de qualidade, os quais preconizam grandes linhas de ação e reorganização do trabalho pedagógico escolar na perspectiva administrativa, pedagógica e comunitária.

4.1.1 Organização do Tempo e Espaço Escolar

A organização dos tempos, dos espaços e recursos didáticos auxilia o resultado do processo pedagógico, visto que funciona como uma das condições objetivas para a efetivação do trabalho pedagógico.

O tempo destinado às atividades acadêmicas é distribuído no calendário de referência anual, em semestres e dias letivos, seguindo as recomendações da LDB e dos regulamentos internos do IFPR, que estipulam no mínimo 200 dias letivos. Os dias letivos se caracterizam por atividades acadêmicas de ensino realizadas por professores e alunos e incluem também atividades de pesquisa, extensão e inovação. A quantidade de aulas é estabelecida pelas matrizes curriculares dos cursos, com o objetivo de cumprir os programas formativos e a integralização curricular propostos nos projetos pedagógicos dos cursos que o campus oferece. Prioriza-se nos horários, as aulas duplas (geminadas) e o equilíbrio do número de aulas diárias por componente curricular, de forma a favorecer o trabalho pedagógico mais produtivo. O tempo escolar ainda prevê a distribuição da carga horária em atividades laboratoriais e visitas técnicas.

Um fato importante de se destacar e que orienta os tempos e espaços na instituição é a duração das aulas. No ano de 2019 por proposição da Direção de Ensino, foi realizado uma assembleia geral com a comunidade acadêmica do campus, que oportunizou um debate quanto a duração da hora-aula na instituição, fator este que impacta diretamente a organização do trabalho pedagógico institucional, ficou determinado que a duração da hora-aula será de 50 minutos relógio.

Os espaços físicos onde se desenvolvem os processos de ensino-aprendizagem, dentro e fora da instituição, precisam ser explorados e utilizados constantemente. A mesma orientação é válida para os recursos didáticos. Além dos recursos de ensino já consolidados, é necessário que se atente para o uso das novas tecnologias de comunicação e informação em sala de aula. É possível utilizá-las desenvolvendo uma leitura crítica, objetivando diversificar as formas de produção e de apropriação do conhecimento, o que permite tanto a familiarização dos estudantes com as novas tecnologias existentes na sociedade quanto a utilização de forma crítica dessas tecnologias. O trabalho pedagógico com recursos tecnológicos pode, portanto, dinamizar o processo de ensino-aprendizagem.

Cabe a toda a comunidade acadêmica zelar pelo cumprimento dos dias letivos estipulados em calendário acadêmico, da carga horária estipulada para os cursos ofertados, conteúdos programáticos, propostas definidas nos projetos pedagógicos dos cursos e no projeto político pedagógico institucional, com o objetivo de zelar pela qualidade dos processos educativos ofertados pelo campus Foz do Iguaçu, observando a sua função social, princípios, finalidades, concepções teóricas e responsabilidade social.

4.1.2 Critérios e Instrumentos Avaliativos

A Portaria nº 50 de 14 de julho de 2017 do IFPR elenca os princípios da avaliação do IFPR, a saber: I – a investigação, reflexão e intervenção; II – o desenvolvimento da autonomia dos estudantes; III – o dinamismo, a construção, a cumulação, a continuidade e a processualidade; IV – a inclusão social e a democracia; V – a percepção do ser humano como sujeito capaz de aprender e desenvolver-se; VI – a aprendizagem de todos os estudantes; VII – o conhecimento a respeito do processo de desenvolvimento do estudante, considerando suas dimensões cognitiva, biológica, social, afetiva e cultural; VIII – a compreensão de que todos os elementos da prática pedagógica e da comunidade acadêmica interferem no processo ensino-aprendizagem; IX – a elaboração e a adequação constantes do planejamento do professor, tendo por referência o estudante em sua condição real; X – a interação entre os sujeitos e destes com o mundo como base para a construção do conhecimento; XI – a escolha de novas estratégias para o processo ensino-aprendizagem, mediante os sucessos e insucessos como aspectos igualmente importantes; XII – a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos; XIII – a prevalência do desenvolvimento do estudante ao longo do período letivo; XIV – a constante presença e imbricação da objetividade e subjetividade nas relações pedagógicas e avaliativas, dada sua coexistência nas relações humanas.

Os instrumentos avaliativos e os critérios de cada um deles são de responsabilidade dos

docentes, que possuem autonomia didático/metodológica para definir as melhores estratégias avaliativas, em consonância com os princípios do IFPR. Para cada período letivo, os docentes devem utilizar ao menos dois instrumentos avaliativos para emitir os resultados parciais e finais dos estudantes.

A Portaria nº 50 de 14 de julho de 2017 do IFPR elenca diversos instrumentos avaliativos que podem ser utilizados, a saber: I – seminários; II – trabalhos individuais e/ou em grupos; III – testes escritos e/ou orais/sinalizados; IV – demonstrações de técnicas em laboratório; V – dramatizações; VI – apresentações de trabalhos finais de iniciação científica; VII – artigos científicos ou ensaios; VIII – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; IX – relatórios de estágio; X – portfólios; XI – resenhas; XII – autoavaliações; XIII – participações em projetos; XIV – participações em atividades culturais e esportivas; XV – visitas técnicas; XVI – atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); XVII – participação em atividades de mobilidade nacional e internacional; XVIII – outras atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação pertinentes aos cursos. Após a realização dos instrumentos, os resultados devem ser registrados e os instrumentos devolvidos aos estudantes. A produção acadêmica dos estudantes fornecerá ao docente indicadores de seu desenvolvimento cognitivo e da construção que está realizando nas áreas do conhecimento.

Mediante o processo avaliativo do discente, torna-se relevante a retomada de conteúdos e de avaliação para aqueles que apresentaram dificuldades de aprendizagem. Portanto, faz necessário a observância segundo parágrafo do Artigo 13 da Resolução 50/2017 do IFPR, o qual destaca que a Recuperação Paralela é uma parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de recuperar os conceitos e conteúdos, através de aulas e instrumentos definidos pelo docente, em horário diferente do componente curricular cursado pelo estudante. A Recuperação Paralela deverá ser ofertada a todos os estudantes, especialmente os que apresentam baixo rendimento, e deve, necessariamente, gerar novos registros acadêmicos, mudando o resultado quando constatada a apropriação dos conteúdos em questão. Os conceitos terão emissão parcial após cada término de período letivo, conforme organização curricular, e emissão final após o término das componentes curriculares, de acordo com o calendário do campus e disponibilizados por meio eletrônico no sistema acadêmico (SIGAA).

De acordo com o Artigo 15 da Resolução 50/17 do IFPR os resultados devem ser expressos da seguinte maneira:

I – Conceito A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

II – Conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e

atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

III – Conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino

IV – Conceito D – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

De acordo com o Artigo 16 da Resolução 50/17 do IFPR a aprovação dos estudantes ocorrerá a partir dos seguintes critérios: I – obtenção de conceito A, B ou C na unidade curricular/ componente curricular/ área e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

4.2 Gestão Democrática

As formas de direcionar as decisões individuais e/ou coletivas, originaram posturas diferenciadas na trajetória administrativa das instituições educacionais. Como decorrência deste processo, emergiu uma nova concepção de gestão: a gestão democrática.

A Constituição Federal e a LDB estabelecem que a gestão democrática deve orientar o processo de organização e de gestão do trabalho pedagógico nas instituições públicas de educação, voltando-se para a garantia de qualidade da educação.

O texto da Constituição (BRASIL, 1988) acerca da gestão democrática, em seu artigo 206, inciso VI, estabelece que o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática do ensino público na forma da lei.

A LDB, nos artigos 14 e 15, apresenta as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática:

> Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
> I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
> II. Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
> Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Baseando-se no que preconiza a legislação, o ponto de partida para consolidar uma Gestão Democrática e Participativa dentro do espaço escolar é a participação efetiva de todos, em um exercício de cidadania profissional e de compromisso com a educação. É de extrema importância que a comunidade escolar participe das discussões e do funcionamento da organização escolar, bem como das tomadas de decisões, ou seja, só é possível a prática de uma Gestão Democrática e

Participativa se docentes, servidores técnico-administrativos, discentes, pais participem de forma comprometida, efetiva e ativamente do processo.

São diretrizes para uma gestão democrática e participativa:

- Assegurar a efetivação de processos de gestão pedagógica, administrativa e financeira democrática, cooperativa, transparente e participativa;
- Promover o planejamento, a execução, acompanhamento e avaliação das ações de forma participativa;
- Criar mecanismos de acompanhamento e avaliação institucional;
- Estabelecer diretrizes para organizar as rotinas e normas organizativas que assegurem o melhor fluxo e transparência dos processos;
- Promover a valorização e a formação continuada dos servidores com vistas à qualificação profissional e satisfação pessoal dos mesmos;
- Promover a contínua melhoria das condições físicas e materiais, bem como a adequação do quadro de servidores necessários ao bom funcionamento da escola;
- Acompanhar e divulgar as decisões da reitoria nos âmbitos administrativos e pedagógicos;
- Criar mecanismos que estabeleçam processos de comunicação efetiva no ambiente interno e externo do campus;
- Propiciar espaços para reflexão e debates acerca das questões institucionais visando sempre a eficácia organizacional;
- Conhecer e respeitar leis e normas que regem a educação e a instituição;
- Garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da escola (docentes, discentes e técnico-administrativos), bem como atribuir as funções dos diversos profissionais nos seus respectivos setores;
- Promover integração entre as diversas áreas profissionais, bem como em todo ambiente organizacional (interno e externo);
- Respeitar a pluralidade de ideias, buscando catalisar as diferentes visões para ampliar as possibilidades de ação no IFPR – Campus Foz do Iguaçu.

Órgãos colegiados

Colegiados	Descrição das atribuições
CODIC – Colégio Dirigente do Campus	Trata-se do órgão consultivo, propositivo, avaliativo, mobilizador e normativo de apoio técnico político à gestão no Campus. É formado pelas três direções (geral, ensino e administrativa), representantes

	docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil.
CGCF - Colegiado De Gestão Do Campus	É órgão auxiliar da gestão do Campus, com atuação regular e planejada na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos consultivos e deliberativos concernentes à ação educativa e administrativa, no âmbito do Campus Foz do Iguaçu, em assessoramento a Direção–Geral e ao CODIC. O CGCF é coordenado pela Direção Geral do Campus, tendo como membros as Direções, Coordenações de Ensino, Coordenações Administrativas, as Coordenações de Curso, Gt pessoas e Gabinete.
CGPC – Colegiado de Gestão Pedagógica	Trata-se de órgão auxiliar da gestão pedagógica, com atuação regular planejada, na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos da ação educativa, no âmbito de cada Campus, em assessoramento a Direção-Geral e ao CODIC.
Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE)	O COPE é o órgão de assessoramento da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada campus para formular, subsidiar e acompanhar a execução da política de pesquisa científica e extensão no âmbito institucional. No âmbito da instituição, compete a este órgão: divulgar para o conhecimento de docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos, normas e diretrizes relativas à pesquisa e extensão bem como os editais correspondentes; receber projetos de pesquisa ou propostas de ação de extensão; apreciar e dar parecer consubstanciado aos projetos de pesquisa ou propostas de ação de extensão apresentados pelo corpo; acompanhar e avaliar os projetos de pesquisa ou propostas de ação de extensão mediante análise de relatórios semestrais ou no final da atividade; solicitar à PROEPI o certificado das ações de extensão após aprovação dos relatórios; criar e manter atualizado um banco de dados sobre as pesquisas e as atividades de extensão do Campus.
Conselho de Classe	Reunião de cunho avaliativo em que diversos especialistas (professores e técnicos) e representantes do corpo discente, envolvidos no processo ensino-aprendizagem, discutem acerca da aprendizagem, do desempenho dos docentes, de resultados das estratégias de ensino empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos. Em tópico específico, no decorrer deste documento, detalharemos.
SCPD – Subcomissão Permanente de Pessoal Docente	A SCPPD é uma instância de assessoramento à Administração Superior para formulação e

	acompanhamento da execução da política de pessoal docente, concernentes a: dimensionamento da alocação de vagas docentes nos Campus; contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; - alteração do regime de trabalho docente; avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições universitárias ou não.
Colegiado de curso	É um órgão administrativo, normativo, deliberativo e de supervisão da organização acadêmica, constituído para cada um dos Cursos. É composto por um coordenador de curso e o corpo docente.
Comissão Própria de Avaliação – CPA	A CPA (Comissão Própria de Avaliação), instituída pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), é responsável pela implantação e desenvolvimento de processos de avaliação institucional. Os instrumentos de avaliação (questionários, pesquisas ou outras ferramentas) a serem desenvolvidas pela CPA servirão para o planejamento educacional e apontarão as áreas e setores que precisam de melhorias. A instauração da CPA no campus Foz do Iguaçu decorre do ano de 2012. Desde então, por meio de portarias, equipes têm revertido esforços para traçar panoramas e apontar pontos deficitários ou de maior êxito no âmbito institucional.

Fonte: PDI IFPR campus Foz do Iguaçu, 2020.

4.2.1 Conselho de Classe

Conforme a LDB nº9394/96, Artigo 27, o Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva em assuntos didáticos – pedagógicos, com atuação restrita a cada classe do Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor – aluno e os procedimentos adequados a cada caso. Sua finalidade e atribuições são: estudar e interpretar os dados da aprendizagem na sua relação com o trabalho do professor na direção do processo pelo plano curricular; analisar os resultados da aprendizagem na relação com o desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e o encaminhamento metodológico; utilizar-se de procedimentos que assegurem a comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários de ensino, evitando a comparação dos alunos entre si.

A resolução nº 50 de 14 de julho de 2017, estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR, também orienta as atividades do conselho de classe, expões que o conselho de classe é um órgão colegiado e uma instância avaliativa que: analisa,

discute, orienta e delibera sobre os processos de ensino-aprendizagem.

O Conselho de Classe propõe medidas para melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamento dos alunos na classe. Ressaltando que o conselho de classe é a forma democrática de tomar ciência do todo e em conjunto especificar as ações necessárias para um redirecionamento da prática pedagógica. Pode ser concebido como uma instância colegiada que, ao buscar a superação da organização prescrita e burocrática, se preocupa com processos avaliativos capazes de reconfigurar o conhecimento, de rever as relações pedagógicas alternativas e contribuir para alterar a própria organização do trabalho pedagógico, tendo por objeto de estudo o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, também é o momento da troca de experiências entre os educadores em relação à prática pedagógica e tomada de decisão em conjunto na tentativa de solucionar eventuais problemas decorridos no processo de ensino, aprendizagem e avaliação.

O Conselho de Classe proporciona momentos coletivos, bimestrais, previstos em calendário escolar, com relação ao conhecimento e sua aplicação prática, discute sobre as dificuldades de compreender como o aluno aprende e busca soluções práticas, trocas de experiências que deram certo.

Discutir as próprias práticas pedagógicas, o que deu certo, quais os erros, quais a intervenções, possibilita um replanejamento. Analisar não apenas os resultados finais, os "conceitos" dos discentes, mas todo o processo vivenciado pelo aluno. Observar não somente os alunos com defasagens de aprendizagem e/ou problemas, mas verificar também formas de rendimento escolar, ou seja, discutir o "todo" dos alunos.

Nas reuniões do Conselho de classe, serão propostas medidas para melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamento dos alunos bem como estabelecer planos viáveis de recuperação dos alunos. E, em caso de necessidade, no decorrer do bimestre a equipe pedagógica convidará os pais a comparecerem à escola para tomar ciência de como se desenvolve a aprendizagem dos filhos, no caso dos alunos do ensino médio integrado.

4.2.2 Organização Estudantil: Grêmio estudantil

O IFPR – Foz tem como meta o apoio, promoção e incentivo a todas as atividades culturais, artísticas e esportivas que promovam ações que visam a integração e a recepção de alunos novos (calouros), bem como a participação do corpo discente, por meio de seus representantes, em Conselhos Deliberativos, Consultivos e Comissões Temáticas da Instituição.

O Grêmio Estudantil é uma entidade constituída pelos alunos regularmente matriculados e que frequentam o IFPR – Campus Foz do Iguaçu.

As atividades do Grêmio Estudantil são regidas pelas normas do Estatuto aprovado em Assembleia Geral.

O Grêmio é importante porque constitui uma forma de os estudantes participarem organizadamente da vida da instituição escolar, ganhando maior poder de intervenção e maior integração a todos os demais segmentos. A ação coletiva e a participação preparam cada um para uma atuação mais comprometida e de melhor qualidade.

4.3 Metodologias de Ensino

O IFPR, campus Foz do Iguaçu, adota a metodologia de ensino interconectada à pesquisa, ensino, extensão, inovação, cujo conjunto de ações pedagógicas, baseia-se no preceito: educação científica–tecnológica–humanística como princípios inclusivos com objetivos emancipatórios, para a qual, qualidade, diversidade, inovação, democracia e transparência são alguns dos valores assumidos. Enfoca-se, por meio desta metodologia, na formação integral do cidadão crítico e reflexivo, do profissional com competência técnica e ética, comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho.

Deseja-se, ainda, por meio de propostas de atividades realizáveis de forma individual e em grupo, que os alunos, durante o processo de ensino – aprendizagem, ao longo dele, e ao seu final, sejam capazes de compreender criticamente a realidade e atuar na sociedade como dirigentes ou seres capazes de controlar quem dirige.

Dessa maneira, assume-se a conjectura que a realidade pode ser explicada sob diferentes vertentes, assim como, pode ser transformada. Para fundamentar esse posicionamento, baseia-se em quatro categorias da formação humana, indissociáveis: ciência, tecnologia, cultura e trabalho, sendo este último modo de formar, o mais importante.

Trabalho, sob esse prisma, é entendido como a produção da existência humana, na qual o ser humano transforma a natureza para satisfazer as necessidades objetivas e subjetivas dele ou da sociedade.

Sob essa ótica, delineia a ação pedagógica em princípios norteadores, tais como: a politecnia, o trabalho como princípio educativo e a pedagogia histórico-crítica. Politecnia entendida como a superação da dicotomia entre a teoria e a prática, o trabalho manual e o intelectual, a formação propedêutica e a formação técnica. A pedagogia histórico-crítica como um processo de apropriação do conhecimento, do sincrético ao sintético, a fim de compreender e revelar a realidade de uma prática social sob suas múltiplas determinações.

A pedagogia histórico-crítica (PHC), neste contexto, orienta, tanto político e

filosoficamente, quanto metodologicamente. Do ponto de vista filosófico, esta pedagogia, proposta por Saviani (2013), almeja a superação da sociedade de classes e desse modo, entende que a escola possui um papel importante na formação da classe trabalhadora, pois é o lugar no qual o conhecimento científico sistematizado é transmitido para as próximas gerações. E o acesso a esses conhecimentos é que pode garantir uma compreensão da realidade para além do senso comum, possibilitando uma atuação ativa e crítica dos sujeitos em relação ao mundo do trabalho e à sociedade em geral.

Nesse sentido, entende-se a ciência como a sistematização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, decorrentes do afã dos indivíduos pela busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. A ciência, neste ínterim, conforma conceitos e métodos, cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. A tecnologia, nesta perspectiva, é a mediação entre a ciência e a produção, numa relação de compreensão e intervenção na realidade. Em outras palavras, é a transformação da ciência em força produtiva.

Já a cultura, sob este prisma, orientada por valores estéticos e também éticos, constituídos socialmente, é concebida enquanto processo de produção de símbolos e de representações e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social. Portanto, uma formação integrada deve proporcionar o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos, mas também deve possibilitar o questionamento e a reflexão sobre os padrões culturais e os valores que normatizam a sociedade.

Tendo em vista os pressupostos pedagógicos que formam a metodologia de ensino, já explicitados, entende-se que a integração curricular é elemento fundamental para a compreensão da realidade por parte dos estudantes. Dessa forma, o IFPR, campus Foz do Iguaçu, adota, em alguns cursos, a modalidade de trabalho pedagógico: projeto integrador.

4.4 Projetos Integradores

Com o objetivo de sistematizar os conhecimentos compartilhados por estudantes durante o desenvolvimento dos cursos, assim como vislumbrar a aplicação de tais conhecimentos, o campus Foz do Iguaçu, por meio do corpo docente, desenvolve três projetos integradores: no curso Técnico Integrado em Informática; no curso Técnico Integrado em Desenvolvimento de Sistemas e no curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS).

No Técnico Integrado em Informática, no 4º ano, por ser um curso técnico, cuja

especificidade da formação em “Desenvolvimento de Sistemas”, prevê a necessidade de cumprimento aos dispositivos da Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e ao Parecer CNE/CEB nº 11/2012, que trata sobre estágio profissional, a proposta do projeto é o desenvolvimento de um sistema no qual os alunos, além de produzirem um produto socialmente útil, que sintetize a compreensão da realidade de uma prática social, devem demonstrar que se apropriaram dos conhecimentos e habilidades técnicas do curso.

No curso Técnico Integrado em Desenvolvimento de Sistemas o “Projeto Integrador” é desenvolvido, principalmente, em dois componentes curriculares obrigatórios: “Modelagem de Projeto Integrador” e “Implementação de Projeto Integrador”.

As atividades do projeto acontecerão (curso iniciou em 2020) dentro das cargas horárias dos componentes curriculares envolvidos, não havendo necessidade de criar um momento específico para seu desenvolvimento.

O projeto integrador do TADS funciona da seguinte forma: são dois projetos integradores, um no quinto período, no qual deve ser desenvolvido um projeto voltado para Web, e um no sexto período, no qual deve ser apresentado um projeto voltado para dispositivos móveis.

Cada projeto é desenvolvido em uma componente curricular de 8 aulas semanais (duas noites), apoiado por dois professores simultâneos, um com perfil para apoiar a fase de modelagem do sistema e outro com perfil para apoiar a fase de codificação do sistema.

Pensando no perfil do público do TADS, que é formado por pessoas que trabalham durante o dia, o projeto é desenvolvido, em grande parte, no período das aulas.

Os projetos são construídos em duplas ou trios, envolvendo o desenvolvimento de uma solução completa, desde o levantamento de requisitos, modelagem de casos de uso, modelagem de banco de dados, codificação e testes.

O projeto envolve o uso dos conteúdos trabalhados em todas as disciplinas do curso, além do exercício das habilidades de gerenciamento, trabalho em equipe e contato com o cliente e/ou usuário do sistema.

A avaliação é realizada por meio de banca avaliadora, composta pelos dois professores da disciplina e outros dois membros, que podem ser professores do colegiado, professores de outros colegiados ou profissionais relacionados com a área de uso do sistema.

Os sistemas desenvolvidos precisam estar em consonância com as tecnologias trabalhadas no decorrer do curso.

4.5 Apoio pedagógico e acompanhamento de estudantes

A escola é espaço de concepção, de construção, realização e avaliação do seu projeto

educativo, necessitando organizar o trabalho pedagógico com base na realidade concreta, dialogando com a comunidade acadêmica, na busca incessante de qualificar as práticas educativas, respondendo às dificuldades encontradas pelos alunos(as). Ao elaborarmos as propostas de ações, planejamos com base no que diagnosticamos, apoiados no que temos, buscando o possível de se realizar. (VEIGA, 1998).

Nesse sentido, caminhando conforme as condições de existência dadas, na perspectiva de uma educação universal e de uma escola democrática que recebe alunos/as com perfil socioeconômico, cultural e educacional distintos, com conteúdo e condições de aprendizagens proporcionalmente diferentes, precisamos elaborar estratégias de enfrentamento dessas dificuldades, buscando resinificar a experiência dos estudantes. Portanto, refletir acerca do processo de ensino aprendizagem, deve sempre levar em consideração o nosso estudante de forma integral, considerando suas possibilidades e suas limitações.

O conhecimento da realidade do aluno é essencial para subsidiar o processo de planejamento. Segundo Vasconcelos (2012, p. 107) "Devemos ter em conta o aluno real, de carne e osso que efetivamente está em sala de aula, que é um ser que tem as suas necessidades, interesses, nível de desenvolvimento[...]sendo bem distinto daquele aluno ideal ou do sonho de alguns professores". Assim, devemos trabalhar com o aluno real e concreto e não com o que gostaríamos que ele fosse.

Nessa direção, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFPR, nos respalda, apontando como plano de ação e estratégias a serem implementadas, na perspectiva do apoio pedagógico e acompanhamento dos estudantes, alguns caminhos a percorrer, dos quais destacamos os seguintes: "Estudar propostas, alternativas, sugestões que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar"; "Debater propostas de acompanhamento pedagógico", "acompanhamento e encaminhamento de resoluções para problemas de ordem pedagógica, mediados pela SEPAE, NAPNE e coordenações de curso".

A Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE) é a unidade administrativa/pedagógica que tem como responsabilidade construir junto aos docentes e estudantes a organização do trabalho pedagógico do Campus, desenvolvendo ações de apoio pedagógico que possibilitem a qualificação dos processos educativos que envolvem o ensino, pesquisa e extensão, promovendo processos de ensino-aprendizagem significativos e efetivos, contribuindo assim com a permanência e êxito dos estudantes.

A SEPAE, como já antes mencionado, é composta por uma equipe multiprofissional que incluem dois pedagogos, uma assistente social, um psicólogo, três técnicos em assuntos educacionais, uma intérprete de libras e é complementada com o auxílio nas atividades

pedagógicas por mais quatro assistentes de alunos. A Equipe Multidisciplinar atua de forma conjunta em diálogo constante com o corpo docente, coordenações, direções, estudantes e seus respectivos responsáveis, desenvolvendo ações conjuntas nas funções de: acolhimentos sociais e psicológicos, aconselhamentos, orientações, mediação e conciliação de conflitos, apoio e acompanhamento pedagógico dos alunos com dificuldades acadêmicas.

Assim, com as condições existentes e as responsabilidades e atribuições necessárias, operamos com o objetivo de desenvolver ações de apoio pedagógico que estejam em sintonia com os princípios elencados neste Projeto Político Pedagógico, no Projeto Político Institucional (PPI) e nas bases teóricas que norteiam nossas ações, contribuindo na construção de elementos que favoreçam a qualidade dos processos de formação dos/as estudantes do Campus.

Outra perspectiva que nos ajuda a pensar e elaborar estratégias, são os estudos de Vygotsky, que situam o ser humano enquanto ser social e inserido em um contexto histórico-cultural, em que o indivíduo constitui a sociedade e a sociedade constitui o indivíduo. Para o autor, a interação social é primordial na elaboração e construção das funções psicológicas humanas. O indivíduo se desenvolve num determinado ambiente social e a interação com outras pessoas é importante no processo de construção das bases psicológicas individuais (OLIVEIRA, 2010).

Nessa perspectiva, os espaços escolares são, por excelência, ambientes de socialização e contribuem de forma significativa na formação do sujeito. Assim sendo, é fundamental o sentimento de pertencimento ao ambiente escolar para que o/a estudante possa participar das atividades propostas pela instituição ativamente.

Diante disso, as ações de apoio pedagógico e acompanhamento dos alunos caminham na direção de fomentar medidas que possam:

a) acolher e integrar os/as estudantes do IFPR Campus Foz de forma significativa;

b) motivar e orientar os estudantes no planejamento de sua vida acadêmica;

c) superação das dificuldades de aprendizagem;

d) colaboração na formação integral do/a estudante, fazendo dele/a protagonista de sua formação técnica e cidadã;

e) promoção da permanência e êxito escolar.

A partir desses objetivos, as atividades estão organizadas da seguinte forma: Grupos de Aprendizagem e Orientação Pedagógica. Entende-se por atividades com Grupos de Aprendizagem o conjunto de práticas e estratégias educativas, intencionalmente organizadas, que tem como foco qualificar os processos de aprendizagem dos estudantes, visando, em particular, apoia-los no acompanhamento de conteúdos disciplinares. Os atendimentos em grupo poderão acontecer em

formato de palestras, oficinas, grupos e/ou rodas de conversas ou qualquer outra forma pré-estabelecida pela equipe da seção pedagógica em conjunto com as coordenações e professores.

Orientação Pedagógica é o acompanhamento dos estudantes que necessitam de apoio nos processos de aprendizagem, especialmente no que diz respeito ao gerenciamento da sua vida acadêmica, planejamento da sua rotina de estudos para o desenvolvimento de maior autonomia e competência acadêmica. As atividades de orientação pedagógica dividem-se em atendimentos em grupos ou individuais, conforme as necessidades identificadas.

Os grupos de aprendizagem e os atendimentos individuais poderão ser semanais ou quinzenais, durante o período considerado necessário pelo professor ou seção pedagógica. Os programas de apoio ao aluno e os projetos já desenvolvidos e os pilotos a serem implementados no que se refere ao apoio pedagógico e acompanhamento dos alunos nas esferas pedagógica / social / psicopedagógico estão listados a seguir:

Horário de atendimento ao Aluno

Na carga horária dos professores que é regulamenta pela Resolução nº 002/2009 e pela Portaria 592 de 22 de dezembro de 2012, prevê, dentre as atividades docentes, um percentual da carga horária total do professor para atividades de Apoio ao Ensino, que segundo o Art. 06º da resolução, define essa atividade como: ações do docente, diretamente vinculadas às matrizes curriculares e programas dos cursos regulares do IFPR, e/ou que incidam diretamente na melhoria das condições de oferta de ensino. O artigo também prevê algumas situações que configuram as atividades de apoio ao ensino, dentre elas orientações de estágio, TCC, iniciação científica entre outras. Dentre essas atribuições destacamos as atividades de: **Atendimento de alunos e Orientação de Atividades Complementares.** Essas atividades destacadas são destinadas para encaminhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem e para a retomada de conteúdo. Elas podem ocorrer tanto em grupos, bem como em atendimentos individuais e se configuram enquanto ferramentas de apoio pedagógico aos estudantes que apresentam baixo rendimento acadêmico e necessitam de um olhar diferenciado e metodologias que atendam as especificidades dos alunos em dificuldade.

Monitoria Voluntária

Além do Programa de Monitoria, desenvolvido pela Assistência Estudantil, que prevê bolsas de inclusão para os alunos participantes, o Campus Foz, desde 2019, trabalha com a

Monitoria Voluntária, entendida da seguinte forma “atividades de ensino desenvolvidas por estudantes da instituição com o acompanhamento e supervisão do Professor Orientador, com o objetivo de apoiar o processo de ensino aprendizagem no campus, e de caráter optativo e extracurricular, beneficiando os alunos monitores com certificação. Esse Projeto foi desenvolvido com a intenção de auxiliar os alunos que ingressam na instituição e que possuem defasagem de conteúdos curriculares em determinados componentes curriculares.

Saia de Sua Mente e Entre em Sua Vida

Projeto em andamento e em contínuo aperfeiçoamento, desde 2015, realizou 5 edições diferentes, até o presente momento (Mar/2020). Tem por objetivo desenvolver habilidades sócio-emocionais, assim como auxiliar na identificação de interesses e objetivos de vida de cada participante. Metodologia aplicada é com posta de dinâmicas tanto individuais quanto em grupo. As atividades propostas permitem que o participante identifique em si mesmo, os desafios que envolvem a psicologia humana, como também, os que estão concectados aos que permitiram que a espécie se destacasse marcadamente, depois do sofrimento psicológico causado pela consciência da existência do planeta. Seu formato é tanto para público mais jovem na faixa de 14-15 anos, quanto o jovem adulto, 18-23.

Orientação Profissional

Atividade em grupos, composta por 8 encontros, que têm por objetivo ensinar o participante a fazer escolhas, contudo não em fazer a escolha certa. Entende-se que a escolha profissional é uma construção e assim é importante passar por processos de escolha, e, neste percurso, identificar os comportamentos e atitudes que contribuem para uma escolha mais certeira, mesmo que provisória. Direcionado ao público do Ensino Médio.

Programa NerdIF

Este projeto piloto teve início no ano letivo de 2019. São realizadas atividades em grupo para auxiliar os estudantes a desenvolverem e/ou aperfeiçoarem uma rotina de estudos. As atividades incluem organização de agenda, divisão de conteúdo para estudo, quebra de conteúdo em tópicos menores, mapas mentais, organização de conteúdo para apresentação e fazer apresentações entre outros. A elaboração do projeto de aprendizagem por parte do aluno é uma importante estratégia formativa, visto que, uma das funções básicas da escola é ajudar o aluno a construir o seu projeto existencial, que implicará, entre outros, o projeto de vida e

consequentemente profissional. A capacidade de elaboração e realização de projetos pode ter um importante papel no sentido de superação de constrangimentos a que o aluno está submetido. Através do projeto, o sujeito coloca-se numa atitude de construção, de intervenção no real. (VASCONCELOS, 2012)

Entrevistas com a família

Este projeto piloto teve início no ano letivo de 2020, consiste em realizar uma entrevista com questões semiestruturadas com a família dos/as estudantes ingressantes, com a finalidade de conhecer a realidade social, familiar e educacional do/a estudante e a partir disso identificar as demandas, planejar ações e realizar encaminhamentos conforme a necessidade do/a estudante. A ideia deste projeto é criar um laço, dar um rosto a instituição na relação com a família e o aluno/a. Criar um canal de comunicação e um espaço de diálogo através de uma escuta ativa e atenta, estabelecendo entre a Instituição/Família/Aluno relações cordiais, um contato permanente, direto e amigável. A proposta fundamental é o acolhimento ao aluno, respeitando a sua singularidade e especificidades.

Comunicação com os responsáveis e alunos

A partir de 2020 iniciou-se, de maneira mais ostensiva, o uso do WhatsApp como um canal de comunicação com a escola. O objetivo é manter e ampliar este canal, dado o sucesso que vem tendo e o alcance imediato, principalmente no contato com os pais. Avisos sobre eventos e atividades, divulgação sobre auxílios, estágios, cronograma de atividades, dentre outras atividades, podem atingir diretamente os responsáveis, sem haver necessidade dos alunos passarem o recado.

Comunicação com Responsáveis e Alunos

Já sabemos que a relação entre a família e/ou responsáveis é fator influenciador na vida acadêmica dos alunos. Uma presença e interesse maior dos responsáveis na escola, auxilia de forma significativa na rotina escolar do aluno, que se sente mais seguro e acolhido. Pensando nisso, a partir de 2020 iniciou-se de maneira mais ostensiva o uso do WhatsApp como um canal de comunicação com a escola. O objetivo é manter e ampliar este canal dado o sucesso que vem tendo e o alcance imediato principalmente no contato com os responsáveis. Avisos sobre eventos e atividades, divulgação sobre auxílios, estágios, cronograma de atividades dentro outras podem atingir diretamente os responsáveis sem depender dos alunos passarem o recado, necessidade comum antes.

Carteirinha Estudantil e Disponibilização de Armários

A carteirinha estudantil é utilizada para fornecermos a autorização de saída aos alunos do Ensino Médio por meio do SAAIF (Sistema de Autorização de Alunos).
Ela auxilia na identificação dos alunos na portaria do Campus, e facilita o processo de empréstimo de livros na Biblioteca. Com a carteirinha estudantil, os alunos são beneficiados com a Lei de Meia Entrada (12.933/13). Cabe aos Assistentes de Alunos, anualmente, fazer registro fotográfico de todos os alunos ingressantes, inserir as fotos no SAAIF, imprimir e plastificar as carteirinhas. A secretária cabe assinar e carimbar as carteirinhas para validação de autenticidade, e fornecer as listas de matrículas dos alunos ingressantes para inserção no SAAIF. Ao desenvolvedor do SAAIF, cabe incluir o registro de matrículas no sistema e implementar melhorias. A portaria cabe validar as autorizações de saída do Campus com o uso do SAAIF. Recursos necessários para a confecção de carteirinhas: impressora colorida, toner, pouches para plastificação.

Anualmente, os Assistentes de Alunos realizam através de sorteio a distribuição de armários para os alunos do Ensino Médio Integrado. Estes armários constituem doações de alunos egressos da instituição, que durante o tempo de Ensino Médio voluntariamente se uniram e compraram os armários. Cabe aos Assistentes elaborar a relação de alunos por turma e sortear os armários, dando-se preferência aos alunos que estão a mais tempo na instituição. Também é de responsabilidade dos Assistentes solicitar a limpeza e pequenas manutenções nestes armários. Os Armários colaboram na organização da rotina escolar dos alunos. É um suporte para a guarda de materiais de estudo.

Cozinha dos Alunos e Talher Solidário

Os Assistentes de Alunos gerenciam o espaço destinado à Cozinha dos Alunos e também fazem o empréstimo de utensílios de cozinha para os alunos que não possuem. A espaço para a cozinha dos alunos foi idealizado no sentido de ser um suporte para os alunos que precisam permanecer na instituição em período integral e que não possuem condições de fazer suas refeições na cantina da instituição. O objetivo é propiciar um ambiente onde os alunos possam trazer suas refeições ou lanches de casa e tenham um lugar apropriado para armazenar seus alimentos. Neste local, os alunos podem armazenar os seus alimentos e utilizar micro-ondas, facilitando a rotina estudantil. Além de ajudar na manutenção do espaço, os Assistentes de Alunos prestam orientações aos alunos sobre a utilização adequada do espaço e fazem o empréstimo de talheres para os alunos

que necessitam almoçar no Campus. Singela contribuição para a formação de responsabilidade e do ato de compartilhar: alunos que utilizam o talher devem, obrigatoriamente, lavar e devolver para que um próximo aluno possa usar. Recursos necessários: talheres (garfo e faca), esponja e sabão/detergente.

4.6 Ações de Educação Inclusiva

O IFPR – Campus Foz do Iguaçu, pauta suas políticas de inclusão em questões que vão além das diferenças físicas e cognitivas que cada pessoa possui, norteando suas ações educativas de maneira que a integrar os alunos com necessidades especiais, proporcionando oportunidades iguais de aprendizagem.

Nesta ordem, a implantação do Napne no Campus contribui para o desenvolvimento de ações inclusivas, bem como as políticas de inclusão do IFPR que contemplam a oferta de programas e bolsas para atendimento dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Salienta-se, contudo, que promover ações de educação inclusiva é algo contínuo, que demanda adequação de espaço, aquisição de equipamentos disponíveis e envolvimento da família, algo que tanto a gestão, quanto os profissionais especializados têm trabalhado para alcançar.

Os técnicos e professores, cujas formações e atribuições atrelam suas atividades à educação inclusiva, entendem que é necessário não somente efetivar a matrícula de um aluno com necessidades especiais em turmas regulares, mas sim promover, por meio de cursos, orientações, palestras e consultas ao corpo docente, um trabalho diferenciado, respeitando as limitações de tais alunos, valorizando suas potencialidades e habilidades.

Em 2019 foi realizada a I Semana dos Direitos Humanos, marcada por Debates, palestras, cinema, teatro, música, artesanato, com o objetivo de pautar diversos temas ligados aos Direitos Humanos, abordando “Liberdades e Limites”, temática central dessa primeira edição do evento. Ressalta-se a necessidade de agregar esse evento ao calendário local. Também há a carência de criação de um grupo de discussão, atendimento e assessoria relativos às questões LGBTI+ e Feminista.

4.7 Atendimento Educacional Especializado-AEE; Flexibilização Curricular; Utilização de Tecnologias Assistidas

Compreendida como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na

rede regular de ensino, cumpre à educação especial garantir serviços de apoio especializado voltado a eliminar barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência[1], transtornos globais do desenvolvimento[2] e altas habilidades/superdotação[3]. Tratando-se de alunos com Transtornos Funcionais Específicos, como Dislexia, Disortografia, Disgrafia, Discalculia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, entre outros, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2008).

Dentre os serviços ofertados pela educação especial, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado- AEE, compreendido como "conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente" (BRASIL, 2011, s/p). Tais serviços podem ser prestados de forma complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, ou suplementar, como também à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o Atendimento Educacional Especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

Este serviço disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (como está sendo contemplado neste Projeto Político Pedagógico – PPP).

Os conteúdos trabalhados no Atendimento Educacional Especializado têm como finalidade o desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, na apropriação dos conteúdos acadêmicos trabalhados no ensino comum. Para tanto, é de competência do AEE, utilizar: a) Língua Brasileira

[1] Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (BRASIL, 2011).

[2] Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil (BRASIL, 2008).

[3] Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008).

de Sinais – LIBRAS e LIBRAS tátil; b) alfabeto digital; c) Tadoma; d) Língua Portuguesa na modalidade escrita; e) Sistema Braille; f) Orientação e mobilidade; g) Informática acessível; h) Sorobã (ábaco); i) Estimulação visual; j) Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA (ROPOLI, 2010, p. 27).

Dentre os serviços do AEE, destacam-se:

- Produção e adequação de materiais didáticos e pedagógicos com base em imagens, em materiais táteis ou em alto-relevo e\ou encaixe (desenhos, mapas, gráficos, entre outros);
- Organização e disponibilização de materiais didático-pedagógicos acessíveis com a transcrição de material em tinta para o braile, audiolivro, texto digital acessível e outros;
- Produção de textos escritos em caracteres ampliados, materiais com contraste visual;
- Avaliação e Instrução para o uso de Recursos ópticos e não ópticos;
- Avaliação e instrução para o uso de tecnologia assistiva no ambiente escolar;
- Orientação quanto às atividades de vida prática ou atividade de vida diária no contexto escolar;
- Avaliação, indicação e aquisição e a adequação de mobiliário;
- Desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva na organização do pensamento – Função executiva (Antecipação, planificação, controle de impulsos, inibição de respostas inadequadas, análise dos condicionantes do ambiente e suas relações);
- Criar plano estratégico de ações sequenciadas, para o educando representar mentalmente a tarefa ou a ação prospectivamente, perceber o todo e integrar aspectos isolados, flexibilização do pensamento e ação;
- Enriquecimento e aprofundamento curricular, potencializando habilidades por meio de projetos individuais e coletivos, de acordo com o foco de interesse do educando;
- Acompanhamento dos processos de “aceleração” e de “classificação” dos educandos, público-alvo do serviço do AEE;
- Trabalho colaborativo, denominado, co-ensino ou ensino colaborativo com os educadores do ensino comum (observação, análises e orientações “em relação” e “para” outros pares educativos);
- Articulação de serviços multissetoriais e multidisciplinares;
- Avaliação (estudo de caso, plano do AEE e Relatórios).

Para efetivação do atendimento ao alunado da educação especial, são necessários recursos que potencializam seu desenvolvimento considerando as especificidades de cada caso, a saber: a)Materiais didáticos e pedagógicos acessíveis (livros, áudio livros, texto digital acessível, textos com caracteres ampliados, com contraste visual, plano inclinado, desenhos, mapas, gráficos e

jogos táteis, em LIBRAS, em Braille, em caráter ampliado, com contraste visual, imagéticos, digitais, entre outros); b) Recursos ópticos (telescópio, telessistemas, tele lupas e lunetas, óculos especiais com lentes de aumento; lentes esperoprismáticas, lentes monofocais esféricas, lupas manuais ou lupas de mesa, lupas eletrônicas); c) Recursos de apoio das Tecnologias de informação e de comunicação (TIC) acessíveis (mouses e acionadores, teclados com colmeias, sintetizadores de voz, linha Braille, softwares com magnificadores de tela e programas com síntese de voz, entre outros); d) Pranchas de CAA; e) Engrossadores de lápis; f) Canetas de ponta porosa; g) Lápis 4 b ou 6 b; h) Suporte para livros; i) Cadernos com pautas pretas espaçadas; j) Tiposcópios; k) Ponteira de cabeça; l) Plano inclinado; m) Tesouras acessíveis; n) Quadro magnético com letras imantadas; o) Calendários; p) Sinalizadores táteis e visuais de ambientes; q) Jogos eletrônicos, entre outros (ROPOLI, 2010, p. 27-28).

No Instituto Federal do Paraná, campus Foz do Iguaçu, o Atendimento Educacional Especializado- AEE, teve início em 2020 e está sendo realizado pela professora Tiarles Mirlei Piaia, docente EBTT (20 horas semanais) na sala própria localizada no espaço interno da biblioteca do campus. É composta por uma mesa circular com quadro cadeiras, uma mesa para o professor e uma cadeira, uma lousa branca, um ar condicionado e um ventilador, um armário com materiais pedagógicos e de tecnologia assistiva previamente solicitados pelo NAPNE à CONAPNE a fim de oferecer os recursos necessários aos alunos da educação especial nesta instituição. Faz-se oportuno registrar-se que o AEE ofertado no IFPR, campus Foz do Iguaçu, não se configura como Sala de Recursos Multifuncional, uma vez que não está inserido no Programa de Sala de Recursos do Governo Federal, assim como os demais institutos Federais do Paraná.

A fim de garantir a transversalidade do atendimento da educação especial ao ensino comum, compete ao professor da educação especial, que realiza o atendimento educacional especializado, produzir o Plano do AEE de cada aluno atendido em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. O Plano do AEE será definindo com o tipo de atendimento para o aluno, os materiais que deverão ser produzidos, a frequência do aluno ao atendimento, recursos e apoios necessários, a necessidade ou não de adaptação/flexibilização curricular, entre outros.

Acerca das Adaptações Curriculares, são compreendidas como modificações necessárias em diversos elementos do currículo para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas. Exige que mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e diretrizes do Projeto Político Pedagógico da Instituição escolar.

Tratando-se de adaptações curriculares ao aluno da educação especial, Minetto (2008)

discute que não é um novo currículo, mas sim um currículo dinâmico, que pode ser alterado, pode ser ampliado, para que possa atender realmente todos os alunos. Nas palavras da autora "[...] Adaptar o currículo não significa reduzi-lo ou simplificá-lo, mas sim torná-lo acessível" (MINETTO, 2008, p. 68).

O Programa Escola Viva (MEC/SEESP, 2000) caracteriza adaptações curriculares como respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais e as classifica em Adaptações curriculares de Grande Porte e Adaptações curriculares de Pequeno Porte.

As Adaptações Curriculares de Grande Porte compreendem ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, pois exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, como a criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno em sua unidade escolar.

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte compreendem modificações menores, de competência específica do professor. Elas constituem ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula, como na promoção do acesso ao currículo, objetivos de ensino, conteúdo ensinado, método de ensino, processo de avaliação e temporalidade.

No IFPR, campus Foz do Iguaçu, as adaptações curriculares serão realizadas seguindo o Plano Especial de Estudos, definido pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, nos casos em que houver necessidade de flexibilizar o cumprimento da adaptação às condições do estudante, conforme suas diretrizes e resoluções.

Quanto à Tecnologia Assistiva é fato que o Campus conta com materiais destinados à acessibilidade e permanência de estudantes com algum tipo de necessidade educacional específica (cadeiras de rodas motorizadas, impressoras e teclados braille, fones de ouvido, teclados de baixa visão e lupas eletrônicas), recebidos em 2016, no entanto, salienta-se a necessidade de ampliação.

Dentre as ações realizadas nessa área, destacam-se:

Ação	Descrição
Curso de extensão de Tecnologias Assistivas para deficientes visuais – modalidade EaD (2012)	O projeto contribuiu para a formação da rede de tutores com conhecimento em tecnologia assistiva e comunicação alternativa visando apoiar os alunos com necessidades educativas especiais
I Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência (2018)	O evento, organizado pelo NAPNE era aberto ao público e incluiu exposições, palestras e apresentações culturais. Destaques: Exposições permanentes: tecnologias voltadas à promoção do acesso educacional das pessoas com deficiência visual 1) Espaço braile

	2) Espaço Tecnologia Assistiva

4.8 Assistência Estudantil: ações de Políticas Afirmativas e Inclusão Social

As Ações Afirmativas foram criadas como forma de reparação da desigualdade historicamente herdada do processo de formação da sociedade brasileira sob a égide do colonialismo e regime escravista. O ministro Joaquim Barbosa Gomes (2001), define as ações afirmativas como:

> " um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Na educação pública federal, as primeiras legislações com relação a ações afirmativas foram criadas pela Lei 12.711/2012, pelo Decreto nº. 7824/2012 e Decreto nº. 9034/2017, que dispõe sobre o ingresso nas Instituições Federais de Ensino, destinando um percentual de vagas para cotas sociais, escola pública, preto/pardo/indígena e pessoa com deficiência.

No Instituto Federal do Paraná - IFPR, além das vagas previstas na legislação, destina outras 20% de vagas distribuídas entre candidatos autodeclarados preto/pardo, indígena e pessoa com deficiência. Sendo assim, 80% das vagas nos cursos da instituição são destinadas a cotas/ações afirmativas.

Para fins de validação das cotas, são instituídas nos campi as bancas de validação. As bancas de validação para candidatos autodeclarados preto/pardo são compostas por membros do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas/NEABI local, outros servidores do campus e membros externos ligados a estudos/movimentos com relação à temática étnica racial.

As bancas de validação para candidatos autodeclarados indígenas e para pessoa com deficiência é instituída em Curitiba e os candidatos enviam documentos específicos solicitados em edital para fins de comprovação; sendo o Registro de Nascimento Indígena- RANI, ou Carta de Recomendação emitida pela liderança indígena, ancião ou personalidade indígena reconhecida publicamente e/ou histórico escolar emitido por escola indígena. No caso de candidatos com deficiência é necessário encaminhar atestado ou laudo médico com a Classificação Internacional de Doenças (CID).

A realização das bancas dos candidatos autodeclarados pretos/pardos/indígenas e com deficiência, são realizadas no período anterior a realização da prova do processo seletivo, deste modo, candidatos que têm suas autodeclarações invalidadas, permanecem participando pela ampla concorrência.

A banca de validação das cotas sociais e escola pública nos campi, são formadas por servidores técnico administrativo em educação e docentes. São realizadas após a publicação do resultado final do processo seletivo e apenas com os candidatos aprovados e convocados nas chamadas regulares.

O IFPR – Campus Foz do Iguaçu, pauta suas políticas de inclusão em questões que vão além das diferenças físicas e cognitivas que cada pessoa possui, pois entende que em uma sociedade, cada cidadão possui características próprias e modos diferentes de absorver e aprender a realidade que o cerca. Compreendendo tais questões, o Instituto se propõe uma instituição de ensino que, através de suas ações, contribua para a construção de uma sociedade inclusiva e adaptada às necessidades individuais de sua comunidade, permitindo que todos, sem exceção, tenham acesso à educação.

A implantação do Napne (Núcleo de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas) no Campus, assim como o trabalho de fortificação e consolidação, contribui para o desenvolvimento de ações inclusivas. No momento, a comissão do Napne é composta por membros de múltiplas formações, havendo um coordenador. As reuniões são realizadas trimestralmente.

As políticas de inclusão do IFPR contemplam a oferta de programas e bolsas para atendimento dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme descritas a seguir:

A Assistência Estudantil é baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, criado pelo Decreto 7.234/2010, no intuito de ampliar as condições para permanência e êxito escolar/acadêmico.

No Instituto Federal do Paraná – IFPR, as ações do Programa de Assistência Estudantil são regulamentadas pela Política de Apoio Estudantil instituída pela Resolução nº. 11/2009 e retificada pela Resolução nº. 53/2011; pela Resolução nº. 04/2010, Resolução nº. 64/2010, Resolução n°. 65/2010, Instrução Interna de Procedimentos nº. 001/2014 e Instrução Interna de Procedimentos nº. 03/2018.

Os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no IFPR contemplam a oferta de auxílios e bolsas para atendimento de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica[4].

[4] Entende-se que determinado indivíduo ou família encontra-se em situação de vulnerabilidade social quando é/foi

No IFPR, o Programa de Assistência Estudantil é gerenciado pela Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais - DAES, vinculada a Pró Reitoria de Ensino. Nos campi, o Programa é executado pela Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis - SEPAE.

Ainda que já citados, reiteramos que, atualmente, são desenvolvidos os seguintes Programas de Assistência Estudantil:

- Programa de Assistência Complementar ao Estudante - PACE: Concessão de auxílio financeiro para custear parcialmente despesas com alimentação, transporte, moradia e aquisição de material didático;
- Programa de Bolsas de Inclusão Social - PBIS: Possibilita a participação em projetos educacionais que podem ser de ensino, pesquisa ou extensão contribuindo com o processo formativo do/a estudante;
- Programa Estudante Atleta - PEA: Tem como finalidade incentivar a participação em programa de treinamento em modalidades esportivas propostas e coordenadas por professores de Educação Física, salvo as modalidades de xadrez e tênis de mesa que pode ser proposta e orientada por outros servidores docentes ou técnicos administrativos em educação;
- Programa de Monitoria: Tem como finalidade desenvolver a competência pedagógica de estudantes que têm aptidão em componentes curriculares específicos para na condição de monitor/a auxiliar outros alunos/as no processo de ensino/aprendizagem sob orientação do/a professor/a orientador/a;
- Programa de Participação em Eventos: Destina-se a apoiar a participação de estudantes do IFPR regularmente matriculados em eventos escolares/acadêmicos de natureza científica, cultural, político-acadêmico e esportiva no território nacional e/ou internacional por meio de auxílio financeiro para custear despesas com inscrição, hospedagem, alimentação e transporte.

Com exceção do Programa de Participação em Eventos, todos os demais programas são destinados a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica com renda per capita familiar de até 1 ½ salário mínimo nacional.

Os programas PBIS, Monitoria e PEA, demandam a contrapartida de 4 horas semanais para dedicação no projeto ou componente curricular escolhido.

---

submetido a processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de seu grupo social, tendo sua capacidade de reação limitada e suas oportunidades para superação restritas. Tal situação é decorrente de desigualdade social e financeira, privação e/ou fragilização de vínculos de pertencimento social ou afetivo relacionais.(Política Nacional de Assistência Social/PNAS 2004)

Para divulgar o Programa de Assistência Estudantil aos/as estudantes ingressantes, a SEPAE entrega uma cartilha informativa, além de divulgar nas salas de aula, na semana de recepção/acolhida e na reunião de pais/responsável legal.

Além do suporte financeiro, por meio de bolsas e auxílios, os/as estudantes são atendidos e acompanhados em suas diferentes demandas pela equipe multiprofissional da SEPAE.

A PROENS/DAES publica anualmente editais para inscrição e seleção de estudantes para participação nos programas com um número específico de destinadas ao campus para cada um dos programas, considerando o quantitativo de estudantes cadastrados da Plataforma Nilo Peçanha e o percentual de estudantes dentro do perfil socioeconômico. Em 2019 foram atendidos 204 estudantes no campus Foz do Iguaçu, conforme tabela a seguir:

Programa	Número de alunos atendidos
PACE	189
Monitoria	05
PEA	05
PIBIS	05
Participação em Eventos	10

Fonte: Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis

4.9 Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação:

A relação entre ensino, pesquisa e extensão no Campus Foz do Iguaçu se dá através do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão elaborados pelos docentes e também técnicos administrativos com a participação de alunos bolsistas e alunos voluntários. Vários projetos estão em desenvolvimento e a cada ano são propostas novas ações de pesquisa e extensão.

Com o propósito de promover, de forma educativa, a inserção dos discentes às práticas que permeiam pesquisa e atividades de extensão, de maneira a integrá-los à formação profissional, o IFPR – Foz, por ações de seus técnicos e professores, de forma dialógica, desenvolve projetos destas naturezas. Em um contexto mais amplo, a Instituição visa contribuir para as transformações da sociedade, visto que esses processos educacionais são construídos nas relações sociais.

De forma indissociável, pesquisa e extensão, no Campus Foz do Iguaçu, ocorrem, pela inciativa de professores e técnicos, com a participação de alunos bolsistas ou voluntários.

Diversos projetos são propostos anualmente, alguns são encerrados, por serem de curta duração, outros seguem em andamento:

Proponente	Projetos de Pesquisa e/ou Extensão
Adilson Reidel	Desenvolvimento de tecnologias de produção de espécies nativas
Adriana Stefanello Somavilla	A Educação Financeira Escolar: entrelaçamentos entre o cenário atual e a formação de professores de matemática
Alexandre Zaslavsky	Paradigmas da consciência: abordagem história e filosófica
Anderson Coldebella	Acumulo de EPA e DHA na carne de Pacu submetidos a dietas enriquecidas com de farinha de microalga Schizochytrium sp.
Anderson Gonçalves Guimarães	Espaço iFozLibras IFOZLIBRAS - IFPR - Campus Foz do Iguaçu Website Acessível em Libras.
André Luis Gentelini	Implementação de análises de qualidade de água e efluente aplicando a Standard Methods e acompanhamento dos parâmetros hidrogeoquímicos do rio Jupira
Arcangelo Augusto Signor	Manejo alimentar de alevinos de piavuçu
Bruno Erno Steckling	Instalação e manejo Ranicultura Manejo Ecológico Florestal
Bruno Estevão de Souza	Produção de Organismos da Aquicultura Ornamental
Camila Castelo Branco	IFPR ConVIDA
Carla Renata Garcia Xavier da Silva	Grupo de Leitura de Obras Clássicas: projeto conjunto IFPR, UNILA, UNIOESTE As possibilidades do Uso de Vídeos como Recurso Pedagógico em Sala de Aula
Catia Piano	A criptografia como ferramenta de contextualização no ensino de matemática
Diego Pereira dos Santos	Elaboração e Validação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) como Instrumentos Mediadores de Sequência Didática Sobre Teoria da Relatividade, com ênfase nos Diagramas de Minkowski
Diogo Labiak Neves	A expansão da rede de institutos federais e seus impactos territoriais—urbanos diretos: Análise de impactos e consequências da instalação do Instituto Federal do Paraná no município de Foz do Iguaçu/PR
Engels Camara	É hora do Mate!
Erica de Freitas Gonçalves	Ensino médio e vestibulares: quais suas relações no contexto de ensino
Fabio Ramos da Silva	Contribuições da educação científica no enfoque CTSA para o ensino médio integrado à educação profissional.
Fernanda Rubio	Coagulação de efluente de tintas por meio de sementes de Moringa oleifera Lam. Núcleo de Estudo em Agroecologia e Educação Ambiental (NEA2) Ações Pedagógicas para desenvolvimento de Plano de gerenciamento de resíduos sólidos do IFPR

Franco Harlos	Avaliação da Avaliação: análise crítica de um instrumento avaliativo (portfólio reflexivo) utilizado em aulas de Sociologia do Ensino Médio Sociologia em Movimento à luz da BNCC: análise crítica do conteúdo de um livro didático
Geovan Carlos Soethe	Alternativas para redução do desperdício de materiais na construção civil- reaproveitamento do gesso
Gislaine Silveira Simões	Desenvolvimento de produtos alimentícios enriquecidos com farinha de CMS de tilápia
Givaldo Moisés de Oliveira	Teatrando
Henri Araújo Leboeuf	Concepções e Práticas Avaliativas na Educação Profissional e Tecnológica e nas Licenciaturas do IFPR
Jefferson de Oliveira Chaves	Da produção à conexão do Conhecimento: desenvolvimento de uma ferramenta de apoio à publicação de Dados Abertos Conectados.
Juliana Hoffmann Quiñónez Benacchio	IF Mobile - Pesquisa e Desenvolvimento de aplicações e sistemas para dispositivos móveis
Julio Cesar Royer	Avaliação da qualidade da conectividade sem fio à rede de computadores do campus Foz do Iguaçu do IFPR
Katia Veiga Lamberti	"Golbol no IFPR: aprendendo com a diversidade funcional"
Kathleen Dall Bello de Souza	Uso de cinza de caldeira na produção de materiais para a construção civil Implantação de pista experimental em concreto permeável produzido com diferentes granulometrias de agregado graúdo – Projeto piloto.
Kayla Walquiria Garnus	Horta orgânica: cultivando saúde e sustentabilidade Reciclagem de óleo de cozinha a partir da fabricação de sabão
Lauisa Barbosa Pinto	Qualidade de vida no trabalho de professores de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
Leonir Olderico Colombo	Vôlei com a Comunidade Clube da Música
Luciana Espíndula de Quadros	Tendência de seca meteorológica na região oeste do Paraná (Afastamento) Projeções de precipitação para a região oeste do Paraná utilizando o modelo Eta/Miroc5 Atualização do inventário de estações pluviométricas localizadas no Estado do Paraná entre os anos de 1980 a 2018 para aplicações na área de ciências hidrológicas
Luciana Graciano	O ensino de biologia por métodos didáticos alternativos: um levantamento bibliográfico A transdisciplinaridade e a formação de competências múltiplas por meio do Projeto Eco Mídia - Conteúdos multimídia sobre Meio Ambiente
Luciano Marcos dos Santos	A construção do ethos do Instituto Federal do Paraná - Campus Foz do Iguaçu. Uma análise do Projeto Político-Pedagógico 2017
Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira	Escola popular de planejamento da cidade

Marcela Turim Koschevic	Oficinas de Aprendizagem para perfil de Professor no Ambiente Moodle
Márcia Helena Beck	Misturas de solo-gesso para uso em pavimentação Adição de vidro moído em artefatos de concreto Uso de vidro cominuído para a produção de concretos de cimento Porltand
Marcia Palharini Pessini	Era uma vez no Hospital English for Kids_O IFPR vai à escola
Marcia Tiemi Saito	Uma análise histórico-social da gênese e do desenvolvimento da relação entre Física Quântica e misticismo e suas contribuições para o Ensino de Ciências
Marcos Abreu dos Santos	Construção dos Reais - Cortes de Dedekind x Quase Homomorfismo
Mauro Cesar Scheer	Resolução de problemas como metodologia de ensino de matemática
Miguel Batista de Oliveira	Escritório Modelo para desenvolvimento e capacitação de técnico em edificações Artefatos cimentícios com materiais recicláveis
Patrícia de Lara Ramos	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e a língua estrangeira moderna: uma prática inclusiva e flexível The implementation of the flipped classroom methodology into English language classes at IFPR
Roseli Bernarde Dahlem Pacheco	Elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental por meio do Coletivo Educador do Município de Foz do Iguaçu Formação de Educadores Ambientais (FEA) de Foz do Iguaçu
Sílvia Letícia Matievicz Pereira	Oficina de Escrita: curso preparatório para a Prova de Redação do ENEM
Sidnei Klein	Isolamento e cultivo da microalga Chlorella sp.
Thiago Henrique Lopes	Ações Gastronômicas do Curso Técnico em Cozinha no Município de Foz do Iguaçu
Tunísia Eufrausino Schuler	Construção e análise de uma célula de combustível planta-microbiana utilizando a macrófita Typha Domingensis
Vanessa Demarchi Peron	Adaptação acadêmica e relações com a evasão: identificação de possíveis tendências

Fote: COPE Foz do Iguaçu

Publicações:

Estudantes envolvidos com pesquisa e extensão	40
Publicações com Qualis	05
Publicações sem Qualis	09
Projetos de pesquisa apresentados em eventos nacionais	15
Projetos de pesquisa apresentados em eventos internacionais	05
Projetos de Pesquisa aprovados em Programas Internos	06

Promoção de Evento Científico Internacional	02
Publicação em Revistas Internacionais com Qualis	04

Fonte: COPEX – PDI - Foz do Iguaçu – ano 2019.

4.10 Núcleos institucionais

NEABI: O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi do Instituto Federal do Paraná (IFPR) têm o papel institucional de fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) no IFPR e para a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial. Possuem o papel de assessorar a Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) na gestão das políticas públicas contribuindo assim com o fortalecimento, a criação e a implementação de diretrizes, metas e ações com foco nessas identidades socioculturais.

As ações e atividades dos Neabi visam a realização de debates e reflexões, no âmbito do IFPR e no da sociedade civil, o que já ocorre no campus Foz do Iguaçu, acerca das relações étnico-raciais, com foco especial em populações negras, africanas, afrodescendentes e originárias tradicionais (etnias indígenas). Com isso, pretende-se produzir conhecimentos e estimular práticas e atitudes que, além de incidir no combate à invisibilidade que caracteriza essas identidades socioculturais nos espaços públicos e de poder, possam, por meio de ações de extensão, pesquisa, inovação e ensino, estimular a tomada de consciência sobre os direitos das populações mencionadas.

O Neabi – Foz do Iguaçu é constituído por 1 (um) servidor em efetivo exercício, por professores, técnicos administrativos, discentes e representantes da sociedade civil. Destaca-se o empenho deste órgão na organização anual de ações (palestras, oficinas, apresentações culturais, debates, entre outros) durante a Semana de Consciência Negra.

NAPNE: Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas

O NAPNE (Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas) é um órgão cujas atribuições estão relacionadas ao assessoramento e propostas de ações que visam promover e estimular a criação da cultura da educação para a convivência, respeito às diferenças e, principalmente, minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, de

atitude e tecnológicas no âmbito do IFPR. Também é de sua competência a contribuição com políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal, buscando promover convênios e auxiliar na criação e implementação de políticas de acesso, assim como fazer um levantamento das necessidades específicas do Campus.

Este núcleo é coadunado à Coordenadoria Geral de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Conapne.

No campus Foz do Iguaçu está vinculado à Seção Pedagógica, à Coordenadoria de Ensino, à Diretoria de Ensino e à Diretoria Geral.

NIT: Núcleos de Inovação Tecnológica

Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) são estruturas instituídas por uma ou mais Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências específicas previstas na Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. São setores que tem como finalidade gerar as políticas de inovação e empreendedorismo, auxiliando na promoção, a utilização do conhecimento e o uso de novas tecnologias oriundas de universidades e institutos de pesquisa.

No campus Foz do Iguaçu o NIT foi instituído em 2012, pautado, neste período, pela Lei de Inovação Tecnológica (LIT) 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que instituía o seu funcionamento em todas as Universidade e Centros de ensino técnico e tecnológico, com os objetivos principais de: zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia; avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei; avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção; opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição; opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual; acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

No ano de 2019 foram realizados dois registros e foi realizado o IFtech 2019, evento que objetivou a apresentação de protótipos inovadores de projetos dos docentes.

Nos próximos anos a estratégia é continuar a incentivar a inovação e proteção intelectual, mas com foco na transferência de tecnologia.

NAC: Núcleo de Arte e Cultura / Projetos Artísticos e Culturais

O Núcleo de Arte e Cultura do Campus Foz do Iguaçu tem como objetivos o estímulo e o fortalecimento na difusão, articulação, produção e no usufruto artístico e cultural, assessorando na interlocução da gestão da política artística e cultural da instituição, articulando-as de forma indissociável ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, atendendo ao disposto na Constituição Federal.

As atividades artísticas propiciam meios de conhecer, apresentar, interpretar, simbolizar e metaforizar um contexto de apreciação estética e de valorização cultural. Assim, possibilitando aos alunos a construção de conhecimentos que interajam com a emoção, por meio do pensar, do apreciar e do fazer artístico.

Segundo Reverbel, 1989, o objetivo na escola não é ter um aluno-autor, um aluno-pintor ou um aluno - compositor, mas sim dar oportunidades a cada um de descobrir o mundo, a si próprio e a importância da arte na vida humana.

Arte na Educação é imprescindível no auxílio da formação de uma civilização, despertando em cada indivíduo a conscientização necessária à modificação do sistema vigente, pois, as atividades artísticas proporcionam que os alunos aprendem a pensar, a analisar, refletir, ou seja, a Arte exige posicionamento do mesmo frente ao que está posto, dando consciência aos seus direitos e deveres. As atividades artísticas na escola oportunizam ao aluno explorar, construir e aumentar seu conhecimento, desenvolver suas habilidades, articular e realizar trabalhos estéticos e explorar seus sentimentos.

Desta forma, permite a compreensão de outros modos de viver e de ver o mundo, ampliando a visão, não oferecendo verdades prontas e acabadas, mas, ao contrário, possibilitando novas perguntas, novos questionamentos, levando à construção do conhecimento.

As ações artísticos/cultuais desenvolvidas no campus de Foz do Iguaçu são realizadas mediante o Clube do teatro e do Clube da música, mediadas pelo NAC- Núcleo de Arte e Cultura, que vem proporcionar o desenvolvimento estudo e produção de atividades que envolve a comunidade educacional e a comunidade de Foz do Iguaçu.

O Clube do Teatro busca desenvolver atividades teatrais, mediante a percepção corporal/ vocal e a montagem de espetáculos de criação coletiva e de autores renomados que são apresentados para a comunidade.

Clube da Música busca desenvolver atividade de performances e apresentações de músicas nacionais e internacionais de relevância.

Segundo Arnheim, 1997 as atividades artísticas favorecem o desenvolvimento da capacidade de observação, a confiança em si mesma - (quando tem um papel a desempenhar). A desinibição- (sair de uma atitude passiva, retraída, para uma atitude participativa e de doação). A

escrita - (quando participam de criações coletivas e montagens individuais). A imaginação- (quando tem que assimilar uma informação e criar em cima dela). A iniciativa - (quando tem que estar sempre atento e pronto para agir). A sensibilidade - (quando têm que atentar para os sons, as cores, os pensamentos, as palavras e buscar uma originalidade em seu trabalho). O senso crítico - (quando deve avaliar-se e avaliar o desempenho do grupo). O sentido de equipe- (quando todos têm um objetivo comum).

Para o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais o NAC conta com o Espaço das Artes, um estúdio acústico para ensaios de música, uma sala de aula de teatro com um minipalco para ensaios e apresentações, além de salas para produção de materiais artísticos. O local é fruto do aproveitamento de um antigo alojamento que se encontrava desativado e foi modificado com os esforços dos servidores do campus. Ressalta-se a necessidade de tal espaço relativa à importância da produção artística, que desenvolve a criatividade, a desinibição e a linguagem, favorece a integração do "eu" com o "outro" e trabalha a disciplina do trabalho em grupo.

Desta maneira, as atividades artísticas proporcionam aos indivíduos um desenvolvimento, tanto mental como psicológico, que é refletido nas ações realizadas, como também na interação das relações sociais.

4.11 Ações da Cultura Corporal: dança, lutas, ginástica, esporte, teatro e música

O IFPR, campus Foz do Iguaçu, tem como meta estimular a prática esportiva e a integração da comunidade escolar mediante evento esportivo que conste efetivamente no calendário acadêmico e nas atividades de ensino e extensão do Campus. Para tanto realiza um evento anual de Jogos do IFPR – Foz, que ocorre no segundo semestre de cada ano.

São bases da política educacional do IFPR- Foz, o fomento de atividades artísticas e culturais como formação e valorização da cultura, por meio de Projetos de Extensão, com apresentações ao decorrer de cada semestre e ano. Como também, desenvolver o planejamento das ações do Núcleo de Arte e Cultura – NAC.

Dentre as ações/projetos desenvolvidos, destacamos:

Ação	Descrição
IFPR ConVida	O projeto realizado pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Foz do Iguaçu tem por objetivo abrir as portas para a comunidade, buscando estreitar laços e trocar experiências. São desenvolvidas ações artísticas e culturais.

Festival Ubuntu	A essência da ação baseia-se na filosofia africana que aborda a importância das alianças e do relacionamento das pessoas, umas com as outras. Numa tradução para o português, Ubuntu seria "humanidade para com os outros". O evento, promovido pela disciplina de Educação Física, envolve práticas corporais (danças e ginásticas) apresentadas pelos estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. As coreografias são os resultados dos estudos do 4º bimestre da disciplina e envolve temáticas variadas, tais como: violência, cultura popular, diversidade. A proposta do Festival é proporcionar um espaço de construção colaborativa, no qual os estudantes possam se unir e sentir segurança para apresentar seus trabalhos.
Clube da Música	Este projeto, voltado ao público discente do IFPR-Foz, busca desenvolver atividades que envolvem a performance e apresentações de músicas nacionais e internacionais de relevância.
Teatrando	Este projeto, voltado ao público discente do IFPR-Foz, busca desenvolver atividades teatrais mediante a percepção corporal/ vocal e a montagem de espetáculos de criação coletiva e de autores renomados que são apresentados para a comunidade.
Era uma vez no Hospital	Voltado para discentes dos cursos Técnicos Integrados, este projeto busca resgatar a arte de contar histórias, incentivando o hábito da leitura e despertando a imaginação.
Vôlei com a Comunidade	Voltado para alunos e servidores interessados na prática do vôlei sem, necessariamente, possuir habilidades técnicas avançadas no esporte, busca oportunizar aos participantes a possibilidade de construir um espaço de relação social e prática esportiva.
Clube de Esportes	Voltado para alunos de 14 a 18 anos, busca o treinamento de Futsal, bem como, possibilitar aos participantes, por meio desta prática desportiva, a inclusão social, com ênfase na formação dos beneficiados, do fortalecimento de seus princípios e valores éticos e morais.
Festa do Folclore	Esta ação desenvolvida pela comunidade acadêmica do IFPR campus Foz do Iguaçu, visa proporcionar, por meio de sua organização e execução, atividades sócio-culturais e ambientais, incentivando a criatividade, socialização, bem como conhecer e perceber a diversidade cultural e o folclore brasileiro, desenvolvendo o respeito pelas diferenças culturais.

4.12 Plano de permanência, êxito e acompanhamento do egresso.

Visando tornar positivos os seus índices de evasão e de retenção acadêmica, o IFPR de Foz do Iguaçu dedica atenção, não somente à garantia de acesso à educação, como também de permanência e êxito profissional.

Para alcançar este objetivo faz-se necessário um olhar institucional voltado para a qualificação dos profissionais, bem como ações que aumentem a qualidade do ensino, tais como, a fomentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Quanto à qualificação, são oferecidos cursos online, palestras e encontros que visam a formação pedagógica, além da existência de uma política de incentivo à capacitação (afastamento remunerado; licença capacitação; mestrado institucional na modalidade profissional, entre outros).

Outras estratégias, que objetivam, contudo, o êxito do corpo discente, é proporcionar sua inserção no mundo do trabalho através da oferta de estágio e emprego. Para tanto, o IFPR Foz, por meio de sua Seção de Estágios, procura organizar e articular parcerias para estágio obrigatório e não obrigatório, para aproximação do alunado às oportunidades de campo de trabalho e sua possível inserção. Quanto a essa meta, uma possibilidade de sucesso, é a realização de uma Feira de Estágios anual, assim como visitas técnicas e o fortalecimento do estágio e sua regulamentação.

Outra estratégia que objetiva o sucesso profissional dos alunos é desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos, pela criação de um banco dados, para contato entre estes e a instituição.

4.12.1 Plano de Ação Permanente para Enfrentamento da Evasão Escolar

Levantamento de dados referentes a Evasão: Ano letivo de 2019

Cursos de Nível Médio

Curso	PERÍODO/ ANO	Matrículas Ativas	*Número Esperado de alunos	Percentual de Evasão
Técnico Integrado em Aquicultura	2019	69	80	13,75%
Técnico Integrado em Edificações	2019	140	160	12,25
Técnico Integrado em Meio Ambiente	2019	105	120	12,25%
Técnico Integrado em Informática	2019	144	160	10%
**Técnico em Cozinha	2019.2	26	40	35%

Fonte: Sistema Acadêmico – SIGAA, 2020.

Cursos de Nível Superior

Curso	**PERÍOD.O/ ANO**	**Matrículas Ativas**	***Número Esperado de alunos**	**Percentual de Evasão**
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2019	85	120	29,17%
Engenharia de Aquicultura	2019	71	120	41,33%
***Licenciatura em Física	2019	43	80	45%

Fonte: Sistema Acadêmico – SIGAA, 2020.

Obs.:*considerando os grupos de entradas em relação a duração dos cursos; **considerado somente o 2º período de 2019, pois o grupo de entrada de 2018 concluiu o curso em 2019.1. ***levantamento realizado somente com o curso do período noturno.

1 – Objetivo:

- Prevenir situação de evasão nos cursos ofertados no campus

2 – Metas:

- Identificar e qualificar as situações de risco de evasão por curso;
- Diagnosticar as principais dificuldades pedagógicas dos alunos que estão frequentando os cursos para prevenir a evasão;
- Atender todos os alunos que possam ter alguma demanda específica que venha a contribuir para uma possível evasão;
- Estruturar espaços pedagógicos para dar mais qualidade as práticas docentes;
- Encaminhar para as instâncias responsáveis a necessidade de implementação de ações de reforma de laboratórios pedagógicos (Infraestrutura, Cozinha, Recursos Naturais); salas de bolsistas e salas de atendimento e a construção de mais salas de aulas.
- Diminuir o índice de reprovações e dependências;

3 – Ações:

- Realização da Semana de Ambientação para os alunos ingressantes, na qual serão apresentados os setores no Campus e temas referentes ao cotidiano escolar para integração e acolhimento;
- Oferecer acompanhamento individual do aluno por meio de diálogos permanentes, verificação da frequência e do aprendizado, bem como realizar reunião com pais quando se tratar de adolescentes;
- Fortalecimento do Napne por meio de ações de conscientização que envolvam a comunidade acadêmica;
- Desenvolvimento de atividades diversificadas para despertar interesse na área do curso: gincanas, atividades esportivas, incentivo ao empreendedorismo, Mostra de Cursos, visitas técnicas, aulas em laboratórios, palestras de temas relacionados aos cursos, e de formação integral, feira de estágios;
- Proporcionar aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem cursos extracurriculares e projetos de ensino;
- Incentivar os a participação e a frequência regular nos horários de atendimento;
- Oportunizar atividades de reforço escolar buscando diminuir dependências e reprovações

- Integração família e escola através da participação dos pais em atividades escolares e reunião semestrais e atendimento individualizado;
- Conselho de classe participativo com os representantes das turmas dos cursos integrados, para discussão, análise e elaboração de propostas para melhorar o processo ensino aprendizagem.
- Realização de palestras e oficinas com temas transversais.
- Realização de reuniões de colegiado de curso com a participação efetiva de representantes das turmas para discussão de assuntos pedagógicos;
- Organizar horários de atendimento, que contemplem alunos trabalhadores, bem como incentivar a frequência regular nestes atendimentos;
- Professores informarem a cada 15 dias, para os Coordenadores de Cursos e para a equipe pedagógica os alunos faltosos, para verificar os motivos e fazer os encaminhamentos necessários;

4 – Cronograma:

As ações serão realizadas durante todo o período letivo de 2020.

5 – Avaliação:

Ao final do ano letivo será verificado se todas as ações foram realizadas, e se as metas estabelecidas foram alcançadas, fazendo uma análise, se o que foi realizado contribuiu com a diminuição do índice de evasão, retenção e dependências em cada curso.

Com acompanhamento pela equipe pedagógica, coordenações de curso e professores, verificando as faltas, desempenho escolar e outras demandas específicas do aluno, se necessário, será elaborado um novo plano de ação, pois teremos mais dados para trabalhar as questões mais pontuais no que diz respeito aos motivos que podem contribuir para retenção, dependências e evasão.

Para finalizar, após a coleta de dados e análise será elaborado um relatório final para acompanhamento a cada ano letivo da efetividade das ações desenvolvidas.

4.13 Planejamento de ações para educação de jovens e adultos

Pautados por princípios básicos de equidade, concernente à formação que visa reestabelecer os direitos e oportunidades; da diferença, relativo à valorização de conhecimentos, saberes e princípios; e da proporcionalidade, que encaminha a adequação curricular às necessidades do público que forma a modalidade de jovens e adultos, o IFPR, campus Foz do Iguaçu, buscou em 2008, atender exigências provenientes dos arranjos regionais e mercado local e ofertou o curso Técnico em Aquicultura -subsequente e PROEJA.

Os Institutos Federais têm como um dos objetivos ministrar educação profissional técnica de nível médio para o público de educação de jovens e adultos. Atualmente o campus não oferta cursos na modalidade do proeja. Para alinhar-se aos objetivos concernentes a educação profissional, o PDI da instituição tem definido em seu planejamento ofertar um curso na modalidade proeja a partir de 2021 em parceria com a Itaipu Binacional (uma instituição parceira de longa data do campus, como já mencionado neste documento).

4.14 Capacitação e Formação Continuada

Aprimoramento profissional dentro do ambiente de trabalho é um dos mais eficientes instrumentos para a melhoria do ensino. Ciente dessa necessidade, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR – Foz, tem como metas:

1) propiciar contínuo desenvolvimento profissional dos servidores do campus;
2) incentivar servidores a participar do Levantamento de Necessidades de Capacitação proposto anualmente pela Pró reitoria de Gestão de Pessoas do IFPR;
3) fomentar a troca de saberes de nossos servidores por meio de convites para proferir palestras em encontros promovidos pela instituição;
4) buscar aproximação com a Universidade Federal da Integração Latino Americana para troca de experiências entre os servidores das duas instituições com objetivo de permutar capacitações;
5) planejar e executar a Ambientação do Servidor no IFPR - Campus Foz do Iguaçu.
6) fomentar formação continuada, permanente e em serviço dos servidores da instituição.

No âmbito da proposta pedagógica da instituição e em consonância com os pressupostos pedagógicos assumidos pelo coletivo do campus neste documento, se faz necessário também uma concepção por parte dos servidores mais alinhada à dimensão político-pedagógico e em sintonia com um projeto de educação que se articule com um projeto de sociedade mais justa e emancipadora " a educação é uma mediação importante na luta pela emancipação humana [...] isso implica reconhecer o sentido político da educação no projeto emancipatório". (RAMOS, 2010, p. 46)

Nesse contexto é imperativo o papel social que desempenha os servidores da instituição para formar cidadãos críticos e que possuem um papel social importante na sociedade, portanto, para trabalhar questões transformadoras na formação de um cidadão, deve-se reconhecer que o servidor deva possuir uma formação que lhe ofereça subsídios para estabelecer uma prática orientada nessa perspectiva. Nesse sentido, construir espaços de formação permanente dentro da

instituição é imperativo. Uma formação político-pedagógica de forma permanente dialoga com a função social da instituição.

Nessa direção, a partir do ano letivo de 2020, pretende-se construir propostas de formação de forma inicial, continuada, permanente e em serviço, que privilegiem grupos de discussões e debates, espaços de formação e construção de práticas integradas em consonância com a concepção de educação que a instituição compartilha, tais como:

a) Grupo de Estudos: Constituição de grupo de estudos, com encontros regulares para debates e troca de experiências sobre as práticas desenvolvidas em sala de aula. A proposta do grupo é permitir a reflexão sobre a própria prática docente, em ambiente coletivo e aberto, buscando promover a reflexão em relação a prática educativa e sua vinculação com a função social da instituição e com o mundo do trabalho.

b) Grupos de Trabalho: em sintonia e de forma correlata com o grupo de estudos, instituir grupos de trabalhos buscando construir concepções comuns que orientem a prática dos docentes em sintonia com um projeto de educação assumido pela instituição. a) Princípios Epistemológicos, Políticos e Pedagógicos da EPT; b) Currículo Integrado; c) Processos de Avaliação da Aprendizagem; d) Práticas Educativas em EPT; e) Ciência, Cultura e Tecnologia e o mundo do Trabalho; f) Relação Professor/Aluno; g) Fundamentos Epistemológicos de Educação e Trabalho.

4.15 Estágio obrigatório e não obrigatório

A Seção de Estágios e Relações Comunitárias é o setor responsável pela articulação, organização e execução de ações relacionadas à oferta de estágios e outras atividades necessárias ao desenvolvimento da prática profissional dos estudantes do Campus.

As atividades desenvolvidas pelo setor estão pautadas em documentos oficiais, os quais direcionam o trabalho, tais como, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu artigo primeiro, que dispõe sobre estágios de estudantes, tem-se que:

> Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Considera-se, dessa forma, que o estágio tem como objetivo o aprendizado de competências próprias da atividade profissional associado à contextualização curricular, visando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Deste modo, o estágio (obrigatório ou não obrigatório) é considerando no Projeto Pedagógico do Curso – PPC dos cursos,

além de integrar o itinerário formativo do educando, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do PPC.

Considera-se estágio obrigatório aquele que for definido como tal, e, dessa maneira, contemplado no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Por sua vez, o estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno e considerado um acréscimo à carga horária regular e obrigatória.

Ainda na Lei nº 11.788, no parágrafo terceiro de seu artigo segundo, tem-se que "as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no PPC".

Independentemente de o estágio ser obrigatório ou não obrigatório, não se cria vínculo empregatício (de qualquer natureza), desde que observados os seguintes requisitos, elencados no artigo terceiro da Lei nº 11.788:

> I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino; II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Diante do exposto, considerando que o estágio é um ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios apresentados periodicamente pelo estudante, segundo requisitos estipulados e previstos nos projetos de cada curso.

4.16 Planejamento de Oferta de Novos Cursos

Nome do curso	Nível	Programação de abertura	Aumento de vagas	Ampliação das instalações físicas
Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	Lato Sensu	2019	30	Previsto
Tecnologia em Gastronomia	Graduação	2020	80	Em andamento
Especialização na Área de Informática	Lato Sensu/Stricto Sensu	2020	30	Previsto

Técnico em Hidrologia	Técnico	2020	30	Necessário novo Bloco de Sala de Aula
Tecnologia de Construção de Edifícios	Graduação	2021/2022	40	Necessário novo Bloco de Sala de Aula
Especialização em Meio Ambiente	Lato Sensu	2021	30	Necessário novo Bloco de Aula
Especialização em Aquicultura e Gastronomia/Recursos Naturais	Lato Sensu	2022	30	Necessário novo Bloco de Aula
FICs Anuais das áreas e eixos existentes e em Libras	Fic	2019 a 2023 anual	30	Necessário novo Bloco de Aula
		Total:	300	
Somando com o número de alunos dos cursos em andamento, previsão de um total de 1600 alunos até 2023.				

Fonte: PDI – IFPR Foz do Iguaçu

4.17 Plano de Infraestrutura

O IFPR campus Foz do Iguaçu vive um cenário de expansão, desde sua criação. Tendo em vista esta perspectiva, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional, configura-se o quadro de objetivos e metas de obras de infraestrutura:

– Construir, contratar e planejar as àreas, eixos e espaços do *Campus* Foz do Iguaçu;

– Desenvolver projetos de uso dos espaços existentes e edificações ou reformas previstas:

a) Desenvolver 1 (uma) metodologia de fluxo de utilização do espaço do IFPR – *Campus* Foz do Iguaçu:

- Realizar 1 (reunião) semestral da Comissão Local do Plano Diretor para discutir o uso do espaço, definir as obras ou reformas, servindo de apoio a tomadas de decisão sobre infraestrutura;

b) definir as obras ou reformas prioritárias do *Campus* conforme o item 3 –

INFRAESTRUTURA deste documento:

- Finalizar a construção do Laboratório de Gastronomia que teve a sua obra entregue no segundo semestre de 2019 com um investimento aproximado de R$1.300.000,00;
- Adquirir equipamentos dos Laboratórios de Gastronomia até 2020;
- Criar 1 (um) estúdio de Tv e EAD, em a parceria do ROTARY CLUB de Foz do Iguaçu, com os objetivos de fomentar a arte e o ensino em EAD, com recursos obtidos via projeto do Rotary, com previsão de R$170.000,00 em caráter de doação ao IFPR;
- Reformar o Laboratório de Edificações com previsão para o término da obra para o primeiro semestre de 2020 e com um investimento aproximado de R$650.000,00;
- Adquirir novos equipamentos para o Laboratório de Edificações com previsão de aquisição no segundo semestre de 2020, com previsão de investimentos internos e/ou externos, por meio de parcerias;
- Elaborar projeto da reforma de acessibilidade e iluminação do *Campus* e executá–la até 2023;
- Construir 1 (um) Bloco de Aula com 10 salas com previsão para o início da obra para o segundo semestre de 2019;
- Construir 1 (um) refeitório escolar/restaurante universitário com custo aproximado de R$500.000,00 e previsto o segundo semestre de 2020;
- Reformar o ginásio de esportes e vestiários;
- Criar 1 (um) laboratório de Linguagens com um custo aproximado de R$35.000,00
- Criar 1 (um) Centro de Línguas do IFPR – CELIF, com previsão no primeiro semestre de 2019
- Criar 1 (um) Laboratório nas Áreas de Comunicação/Informação e robótica, com previsão até 2023, com um custo aproximado R$600.000,00;
- Atualizar equipamentos de dois laboratórios na área de Informática;
- Reformar o Bloco de Recursos Naturais com previsão para o início da obra para o segundo semestre de 2020 e com um custo aproximado de R$250.000,00;
- Construir 1 (um) laboratório da Qualidade da Água/Solos e Sedimentos, com previsão no primeiro semestre de 2020 e com um custo aproximado de R$700.000,00;
- Reforma de 1 (um) quiosque para adaptação do Laboratório de Agroecologia.
- Reforma do Salão de eventos até o final de 2021.

4.18 Relacionamento com a comunidade

Desde o seu surgimento no município de Foz do Iguaçu, o IFPR tem como meta fazer-se conhecer e reconhecer, por parte da comunidade, como Instituição de Ensino Pública e de ensino de qualidade. Para tanto, foi necessária a implementação de ações que visaram aumentar o grau de conhecimento a respeito do Campus, dos cursos ofertados e atividades desenvolvidas, tendo em vista que esse foi um tema identificado como área com fragilidade no Campus Foz do Iguaçu. Apesar disso, algumas atividades e ações, tais como a publicação eletrônica de notícias de atividades no Campus, tanto no site como pela criação de perfil institucional no Facebook e Instagram, tem surtido efeito.

Outras ações que integram a Instituição e a comunidade são os

Eventos, palestras e Semanas Acadêmicas dos cursos, produzidas pelo corpo docente e, no caso de palestras e cursos, contando com a participação e parceria de outros órgãos (ITAIPU, UNIOESTE, UNILA, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, PTI, entre outros...)

Também foram, ao longo do tempo, e, todavia, seguem sendo, desenvolvidas atividades em colégios estaduais, cujas informações ofertadas, propiciam conhecimento acerca das possibilidades profissionais dos cursos oferecidos pelo Campus. Vale também destacar, neste interim, o evento Mostra de Cursos, que promove a divulgação dos cursos e dos resultados dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Estágios Supervisionados, mostrando a relação da instituição com o mundo do trabalho.

4.19 Divulgação

A Comunicação Institucional engloba ações integradas às áreas de Jornalismo, Relações Públicas e Marketing Institucional. No IFPR – Campus Foz do Iguaçu, há uma comunicadora responsável por coordenar tais atividades, criando e consolidando canais de comunicação e estratégias voltados aos diferentes públicos de interesse e buscando fortalecer a identidade institucional.

Por meio da Rede de Comunicadores, coordenada pela Diretoria de Comunicação do IFPR, o núcleo de comunicação do Campus atua de forma colaborativa em ações de jornalismo, projetos institucionais, programação visual, relações públicas, fotografia e cerimonial.

O principal instrumento de relacionamento com o público (interno e externo) é o site do Campus (www.foz.ifpr.edu.br), que mantém em destaque o noticiário jornalístico e os assuntos acadêmicos. As notícias são atualizadas periodicamente, com destaque para a cobertura de eventos e abertura de editais.

O IFPR Foz do Iguaçu também está presente nas redes sociais (Facebook e Instagram), utilizando da interatividade para bem atender ao público. O destaque é o alcance da nossa página do Facebook, a qual conta, atualmente, com o maior número de seguidores entre os campi fora da capital. Há, também, materiais específicos direcionados aos alunos, técnicos e professores, como informes via WhatsApp e e-mail.

No que diz respeito ao relacionamento com a imprensa, o IFPR Foz do Iguaçu mantém um mailing atualizado com cadastro de editores/repórteres/produtores de jornais, TV's rádios e portais locais e regionais. O envio de sugestões de pautas é feito regularmente, repercutindo numa boa projeção do Campus na imprensa.

Outro público de grande importância são as outras Instituições de Ensino Superior (IES) e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da região. Nesse caso, o Campus atua em parceria com as assessorias de comunicação das mesmas, incentivando a formação de parcerias e potencializando resultados.

4.20 Outros indicadores

O campus Foz do Iguaçu se dedica a cumprir as metas estabelecidas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – as quais, por meio de ações estratégicas, visam o desenvolvimento e fortificação de sua política pedagógica. Para projetar sua expansão, referente à criação de novos cursos, pauta-se nos seguintes indicadores:

Cursos Existentes:

Nível Médio (Integrado, Concomitante e Subsequente, Mediotec e FIC)	**Número de turmas atuais**	**Número previsto de turmas por curso**	**Número de alunos por turma**	**Total de alunos esperados por curso**	**Locais**	**Turnos**	**Regime de matrícula**
Técnico Integrado em Aquicultura	3	3	40	120	Presencial	Integral	Anual
Técnico Integrado em Edificações	4	4	40	160	Presencial	Integral	Anual
Técnico Integrado em Informática*	4	4	40	160	Presencial	Integral	Anual
Técnico Integrado em Meio Ambiente	4	4	40	160	Presencial	Integral	Anual
Técnico Subsequente em	2	2	40	80	Presencial	Matutino	Anual

Cozinha							
Especialização de Nível Médio em Gestão Gastronômica	2	2	40	40	Presencial	Matutino	Anual
				820			

*O curso ofertado a partir e 2020 será o de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia);	**Número de turmas atuais**	**Número previsto de turmas por curso**	**Número de alunos por turma**	**Total de alunos esperados por curso**	**Locais**	**Turnos**	**Regime de matrícula**
Licenciatura em Física	5	5	40	200	Presencial	Tarde com alteração para noite	Semestral
Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas	3	3	40	120	Presencial	Tarde	Semestral
Engenharia de Aquicultura	2	5	40	200	Presencial	Integral	Semestral
Tecnologia em Gastronomia	1	2	40	80			
				600			

Fonte: PDI – IFPR Foz do Iguaçu, 2020.

Indicadores Gerais do Campus						
Indicadores	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Número total de alunos	1.435	1.408	1.447	1.556	1.649	1.700
Atendimento Percentual Lei 50% Técnicos	66,6%	66,6%	66,4%	66,2%	66,2%	66,2%
Atendimento Percentual Lei 20% Licenciaturas	9,2%	9,2%	9,4%	9,4%	9,4%	9,4%
Atendimento Percentual Lei 10% PROEJA	0%	0%	0%	0,2%	0,2%	0,2%
Carga horária docente	65,0%	70,0%	75,0%	80,0%	85,0%	90,0%
Índice de Titulação do Corpo Docente	4,10	4,15	4,18	4,26	4,27	4,3
Relação Aluno Professor **(RAP)**	18,89	18,89	18,89	18,89	18,89	18,89
Taxa de Verticalização dos Cursos	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: PDI – IFPR Foz do Iguaçu, 2020

5. Avaliação do Projeto Político Pedagógico

O processo de avaliação periódica do PPP se fundamentará na realização de amplas consultas à comunidade escolar e comunidade em geral, por meio de momentos coletivos de análise e reflexão acerca da realidade vivenciada na instituição, destacando as suas problemáticas e potencialidades. Essa sistemática tem como objetivo analisar de maneira crítica o desenvolvimento das ações institucionais, fornecendo subsídios para balizar as ações em andamento e sugerir a proposição de novas ações.

O processo de avaliação do PPP ocorrerá, no mínimo, a cada dois anos, podendo ser antecipado caso seja o interesse da instituição ou devido às demandas de órgãos reguladores, como da SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), do MEC (Ministério da Educação), etc. Ele será precedido pela nomeação de uma comissão representativa que será responsável por estabelecer um calendário, elaborar os instrumentos avaliativos, realizar as análises e sínteses e encaminhar os resultados da avaliação aos órgãos competentes.

O processo avaliativo envolverá a comunidade acadêmica, como os estudantes, professores e servidores técnicos, assim como a comunidade em geral, como os pais dos estudantes, atores da sociedade civil e egressos. Os dados serão coletados tendo-se em conta uma variedade de instrumentos como questionários, anotações, discussões coletivas e processos *on-line*.

5.1 Participação da Comunidade

Conscientes que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento que visa sistematizar o cotidiano escolar, de maneira consciente e fundamentalmente participativa, é essencial, bem como legítima, a participação da comunidade, em função do seu plano basilar, que rege princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Então sua dimensão político-pedagógica caracteriza uma construção ativa e participativa dos diversos segmentos escolares.

Os responsáveis, pais e mães necessitam estar embricados a todos os processos escolares, que envolvem as mais distintas atividades, o que propiciará decisões mais assertivas e ações conjuntas. O sucesso educativo dependerá da inclusão da comunidade, visto que, as políticas educacionais se fazem baseadas em princípios que se apoiam no sentido democrático e comum a todas e todos.

5.2 Metodologias e Instrumentos

A metodologia do processo de avaliação do PPP deverá contemplar as etapas e os instrumentos de participação listados abaixo. Demais etapas e instrumentos podem ser acrescidos, caso seja o interesse da comissão responsável.

1 - Instituição de uma comissão representativa dos atores escolares e civis responsável por encaminhar o processo de avaliação do PPP.

2 – Tornar público o processo de avaliação do PPP por meio dos canais internos de comunicação, espaços físicos adequados, reuniões de pais e reuniões de órgãos colegiados.

3 – elaboração E aplicação de questionários para consultar os sujeitos que pertencem à comunidade interna, como os estudantes, professores e técnicos.

4 – Elaboração e aplicação de questionários para consultar os pais.

5 – Realização de reuniões abertas com a participação da comunidade para a apresentação e discussão da análise dos questionários e para a discussão de encaminhamentos adequados ao diagnóstico.

6 – Realização de reuniões abertas para a apresentação, discussão e definição dos encaminhamentos sugeridos à instituição, de modo a contemplar as premissas do PPP.

5.3 Forma de devolutiva de resultados

Tendo em vista o caráter comunitário, já antes definido, deste documento, entende-se a necessidade de acompanhamento sistemático, a fim de verificação da adequação do planejamento, observando nesse ato, atribuição de valor e formulação de postura crítica, pilares de um processo que se define democrático.

Dessa maneira, o Projeto Político Pedagógico do IFPR, campus de Foz do Iguaçu, por meio de comissão própria, encarregada do planejamento de tal documento, a partir de sua vigência, pretende, também, monitorar sua execução, buscando ampliar os pontos positivos e adaptar os demais.

6. Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2 ed. São paulo: Moderna. 1996.

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira, 1997

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/secadi. Acesso em: 25 mar.2020.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 25 mar. 2020.

_____ **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/cullei9394.htm>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CABEZA DE VACA, Alvar N. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

COLOMBO, I. M. **Cenários prospectivos e planejamento estratégico situacional:** uma aproximação no Campus Foz do Iguaçu do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: o autor, 2010. 73 p. (Dissertação de Especialização).

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e práticas sociais.2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762009000200005&script=SCI_arttext > Acesso em: 16 de mar. 2020;

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional de igualdade: o direito com instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2020.

INSTITUTO GRPCOM. **Atitude Foz.** Disponível em: <http://www.institutogrpcom.org.br/projeto-atitude-foz>. Acesso em: 30 mar. 2020.

IPARDES. I**nstituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2020.

JOÃO, Renato Bastos. Edgar Morin e Wilhelm Reich: **Uma concepção de ser humano para a formação de professores.** Revista de Pedagogia, v. 3, n. 6, [S. d.].

LIBÂNEO, J. C. **O processo de ensino na escola**. São Paulo: Cortez, 1994. P. 77-118

LIBÂNEO, J. C. **Os métodos de ensino**. São Paulo: Cortez, 1994. P. 149-176

LIBÂNEO, J. C. **A avaliação escolar**. São Paulo: Cortez, 1994. P. 195-220

MEC, SEESP. **Projeto Escola Viva. Garantindo o aceso e permanência**. vol. nº. 5 – Adaptações de Grande Porte. Brasília, 2000. vol. nº. 6 – Adaptações de Pequeno Porte. Brasília, 2000.

MEIRIEU, Philippe. **Carta a um jovem professor**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2 ed. rev. atual. Ampl. – Curitiba, Ibpex, 2008.

ONU. **Plataforma agenda 2030**. Secretariado Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível em http://www.agenda2030.com.br/sobre/. Acesso em: 16 de ago. 2019.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão democrática na escola pública.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. **Didática e Cultura:** O Ensino Comprometido com O social e a Comtemporaneidade. In: Ensinar a Ensinar: Didática para Escola Fundamental e Média: São paulo: Cengage Learning, 2013.

PERIS, A. F.; LUGNANI, A. C. **Um estudo sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, na região oeste do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 104, p. 79-102, jan./jun. 2003.

PESQUISA Inaf. Disponível em: <http//www.ipm.org.br>. Acesso em: 02 dez. 2019.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 02 abr. 2012.

RIBEIRO, J.; DINIZ, A. M. **Não falta dinheiro, falta compromisso.** Revista Época**,** Edição Histórica, n. 733, p. 74-76, jun. 2012.

ROPOLI. E.A. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

RPC/TV Cataratas. **Foz!** Disponível em: <http://www.slideshare.net/mmleal/pesquisa-atitude-foz acessado>. Acesso em: 30 mar. 2012.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 7. ed. Campinas, SP: Editores Associados, 2000.

_____.D. **Tendências e correntes da educação brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____, D. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores associados, 2012.

SAVIANI, N. **Escola e luta de classes na concepção marxista de educação**. In: **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 1, p. 7-14; fev. 2011.

REVERBEL, Olga. **O Teatro na sala de aula**. 2. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

STOLTZ, T.; LOPES, J. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu e possibilidade de intervenção.** Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 3, n. 1, 2004. Disponível em: <http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/issue/view/57>. Acesso em: 30 nov. 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto politico pedagógico. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, I. P.A. **Escola, currículo e ensino**. Ira: I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.) Escola fundamental: Currículo e ensino. Campinas, Papirus, 1998.

_____, I. P. A. **Educação básica e educação superior:** projeto político-pedagógico. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004

_____, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Papirus, 2004.

_____, I. P. A **. Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo. Libertad, 2012.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. 6. ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1988.

YAMAMOTO, O.H. OLIVEIRA, I. F. **Política social e psicológica: uma trajetória de 25 anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, D.F., v.26, 2010.